



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA

**O ENSINO DE GEOGRAFIA E O ESTUDO DO MEIO COMO POTENCIALIDADE
PARA CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA
WALKISE DA SILVEIRA VIANA EM MARABÁ-PA**

AMARILDO DE SOUSA CALDAS

MARABÁ-PA
2018

AMARILDO DE SOUSA CALDAS

**O ENSINO DE GEOGRAFIA E O ESTUDO DO MEIO COMO POTENCIALIDADE
PARA CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA
WALKISE DA SILVEIRA VIANA EM MARABÁ-PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), campus universitário de Marabá, como requisito básico para obtenção do título de licenciado e bacharel em Geografia, pelo discente Amarildo de Sousa Caldas.

Orientador Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza

**MARABÁ-PA
2018**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Biblioteca
Josineide da Silva Tavares / UNIFESSPA. Marabá, PA**

Caldas, Amarildo de Sousa

Ensino de Geografia e estudo do meio, potencialidades para construção do direito à cidade: análise do núcleo São Felix a partir da escola Walkise da Silveira Viana / Amarildo de Sousa Caldas; orientador, Marcus Vinicius Mariano de Souza. — 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2018.

1. Geografia - Estudo e ensino. 2. Geografia urbana. 3 Urbanização.
4. Espaços públicos. I. Souza, Marcus Vinicius Mariano de, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.:910.7

Elaboração: Miriam Alves de Oliveira
Bibliotecária-DocumentalistaCRB2/583

AMARILDO DE SOUSA CALDAS

**O ENSINO DE GEOGRAFIA E O ESTUDO DO MEIO COMO POTENCIALIDADE
PARA CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA
WALKISE DA SILVEIRA VIANA EM MARABÁ-PA .**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), campus universitário de Marabá, como requisito básico para obtenção do título de licenciado e bacharel em Geografia, pelo discente Amarildo de Sousa Caldas.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza (Orientador)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Prof. Me. Marcos Mascarenhas Barbosa Rodrigues
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Prof. Me. Gabriel Renan Neves Barros
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

*A minha família, por todo carinho, incentivo, e
compreensão dedicado a minha pessoa ao longo
desses anos.*

AGRADECIMENTOS

Por acreditar que existe sim uma força superior que nos protege e ilumina, elevo primeiramente meus agradecimentos a Deus por me possibilitar mais essa importante conquista em minha vida.

De modo muito especial deixo também registrado minha extrema gratidão aos meus pais, Manoel Caldas e Maria Antônia Sousa, que são os precursores de todo esse projeto de vida, por terem me ensinado os valores e princípios que hoje carrego comigo revestido no meu caráter, e por todo apoio e carinho dedicado a minha pessoa ao longo de todos esses anos.

Aos meus irmãos que verdadeiramente são meus grandes amigos, por todo apoio e incentivo a mim dedicado.

A esta instituição de ensino (UNIFESSPA) que me oportunizou todo processo de formação acadêmica.

A Faculdade de Geografia através do seu corpo docente, por todo aprendizado ao longo desse processo de formação acadêmica, que hoje me permite olhar o mundo através da lente da geografia.

Ao meu orientador Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza que de forma muito generosa aceitou o desafio de me orientar ao longo da produção desse trabalho e assim contribuiu imensamente para sua realização.

A toda comunidade da escola Walkise da Silveira Viana, em especial a professora de geografia Eliana, pela parceria ao longo de minhas pesquisas.

Aos meus grandes amigos da turma geografia (2012) que caminharam comigo ao longo desses últimos anos, testemunharam cada passo dado rumo a concretização desse sonho, e assim também foram parte integrante de todo constructo intelectual ao longo desse processo de formação acadêmica.

Aos amigos Lywelthon Silva e Rafael Santos, grandes parceiros.

Aos meus parceiros do Baixo Tocantins, Arley Martins e Jean Farias pela grande amizade e companheirismo.

Por fim agradeço a todos aqueles que acreditaram em mim e de alguma forma estiveram presente ao longo dessa caminhada, a todos vocês o meu muito obrigado!

Convém dizer, portanto que a ideia de direito a cidade não é meramente um modismo da sociedade atual, mais surge basicamente das ruas, dos bairros, e das próprias cidades como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero, (HARVEY, 2014).

RESUMO

O presente trabalho analisa a questão do direito à cidade no núcleo urbano São Felix em Marabá (PA), a partir da realidade vivenciada pelos alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Walkise da Silveira Viana, estabelecendo um debate por meio do ensino escolar de geografia em que pese à discussão e análise crítica dos espaços cotidianos da vida, como também das relações, sociais e territoriais ali contidas. Nestes termos, a problemática sobre a qual se desenrola este trabalho consiste na negação da cidade para grande parte dos sujeitos que a compõem. Busca-se também, por meio deste, propor melhorias a prática de ensino de geografia, voltados à formação cidadã, por meio da aplicação de metodologias e instrumentos que potencialize os processos de emancipação política e humana dos sujeitos no contexto social, como a que se pretende defender aqui denominada *Estudo do Meio*. Para tanto, procedemos primeiramente com a revisão e seleção de materiais e leituras relacionadas ao processo de urbanização e do ensino de geografia em que pese à reflexão sobre o direito a cidade. Assim sendo aponta-se que todo instrumental teórico metodológico da produção deste trabalho baseia-se no materialismo histórico dialético. A pesquisa se utiliza do recurso metodológico Estudo do Meio como instrumento de análise crítica do espaço urbano no ensino de geografia, e constatação empírica da realidade do espaço vivido, revelando os contrastes contidos nas paisagens e nas formas de apropriação e produção de espaços na cidade. O trabalho obteve resultados significativos como a realização de aulas dialogadas e expositivas, trabalhos de campo, exposição fotográficas documentadas, por meio do qual, os alunos protagonizaram debates, trocando experiências e produzindo materiais educativos sobre a cidade. Feito isso, aplicamos questionários aos alunos contendo perguntas relacionadas à metodologia adotada, como também, analisar suas condições de acesso e uso da cidade. Em suma, constatou-se que o Estudo do Meio é um instrumento de grande eficiência aplicado ao ensino de geografia, que assume um papel indispensável na construção do direito à cidade, tanto pela produção de conhecimento sobre a cidade como pela formação de sujeitos que atuarão sobre ela.

Palavras-chave: Direito à Cidade; Ensino de Geografia; Estudo do Meio.

ABSTRACT

This paper analyzes the question of the right to the city in the São Felix urban nucleus in Marabá (PA), based on the reality experienced by the students of the State School of High School Walkise da Silveira Viana, establishing a debate through the school teaching of geography in that in spite of the discussion and critical analysis of the daily spaces of life, as well as of the social and territorial relations contained therein. In these terms, the problematic on which this work unfolds consists in the denial of the city for most of the subjects that compose it. It is also intended to propose improvements to the practice of teaching geography, geared to citizen training, through the application of methodologies and tools that enhance the processes of political and human emancipation of the subjects in the social context, such as intends to defend here called the Study of the Environment. To do so, we first review and select materials and readings related to the process of urbanization and geography teaching in spite of the reflection on the right to the city. Thus, it is pointed out that all the theoretical methodological instruments of the production of this work are based on dialectical historical materialism. The research uses the methodological resource Study of the Environment as an instrument of critical analysis of the urban space in the teaching of geography, and empirical verification of the reality of the lived space, revealing the contrasts contained in the landscapes and in the forms of appropriation and production of spaces in the city. The work has achieved significant results, such as conducting dialogues and expository classes, fieldwork, documented photographic exhibitions, through which students participated in debates, exchange experiences and produce educational materials about the city. After this, we applied questionnaires to the students containing questions related to the methodology adopted, as well as to analyze their conditions of access and use of the city. In short, it was found that the Study of the Environment is a highly efficient instrument applied to the teaching of geography, which assumes an indispensable role in the construction of the right to the city, both for the production of knowledge about the city and for the formation of subjects who will act about her.

Keywords: Right to the City; Geography Teaching; Middle study.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Mapa da evolução urbana de Marabá	25
Figura 2 - Localização do núcleo São Felix, Marabá PA.	31
Figura 3 - Imagens do perímetro urbano de Marabá (PA)	33
Figura 4 - Localização da Escola Walquise Viana da Silveira.....	51
Figura 5 - Esquema da aula teórica.....	52
Figura 6 - Imagens tiradas em campo	55
Figura 7 - Mapa mental	56
Figura 8 - Residencial Tocantins	58
Figura 9 - Trabalho dos alunos sobre o São Felix Pioneiro	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Demonstrativo da oferta de viagens dos bairros Nova Marabá, Velha Marabá, Liberdade e Novo Horizonte para os núcleos urbanos Morada Nova e São Félix durante os dias 09, 10, 11 de Julho do ano de 2016. 34

Tabela 2 - Demonstrativo da oferta de viagens dos núcleos Morada Nova e São Félix para os núcleos urbanos, Velha Marabá, Novo Horizonte e Liberdade durante os dias 09, 10, 11 de Julho do ano de 2016. 34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Análise dos questionários	62
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALPA – Aços Laminados do Pará

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior.

CVRD – Companhia Vale do Rio doce.

PGC – Programa Grande Carajás.

PMCMV – Programa Mina Casa Minha Vida.

PIBID – Programa Institucional de Bolsa e Iniciação a Docência.

PIN – Programa de Integração Nacional.

PDM – Plano Diretor Municipal.

PMM – Prefeitura Municipal de Marabá.

SEPLAM – Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Marabá.

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. CAPÍTULO I: DA FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL A ARTICULAÇÃO ESPACIAL DO NÚCLEO SÃO FELIX: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO TEÓRICA.	24
2.1 APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO TERRITORIAL URBANA DO NÚCLEO SÃO FELIX.....	24
2.2 A PRODUÇÃO SOCIAL URBANA E OS PRINCIPAIS AGENTES MODELADORES DO ESPAÇO EM MARABÁ (PA)	28
2.3 DA FRAGMENTAÇÃO À ARTICULAÇÃO URBANA DO NÚCLEO SÃO FELIX: ANÁLISE DAS DIFERENTES FORMAS DE USO DA CIDADE	31
3. CAPÍTULO II: ENSINO ESCOLAR DE GEOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	38
3.1 DO IMPERIALISMO URBANO ÀS POTENCIALIDADES SOCIAIS: A CIDADE COMO FOCO DE ANÁLISE.....	39
3.2 O PAPEL DA GEOGRAFIA ESCOLAR NO ATUAL CONTEXTO EM QUE SE VISLUMBRA O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO	42
3.3 OS MEIOS LEGAIS DE INTERVENÇÃO SOCIAL E A CIDADE COMO CONTEÚDO GEOGRÁFICO.....	44
4. CAPÍTULO III: O ESTUDO DO MEIO NO ENSINO DE GEOGRAFIA.....	46
4.1 ESTUDOS DO MEIO: DO DISCURSO À APLICAÇÃO	48
4.1.1 DO AMBIENTE ESCOLAR	48
4.1.2 DO PLANEJAMENTO	48
4.1.3 DA ATIVIDADE DE CAMPO	49
4.1.4 INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO / RETORNO À SALA DE AULA	49
4.2 TRABALHANDO O RECURSO METODOLÓGICO ESTUDO DO MEIO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO WALKISE DA SILVEIRA VIANA	50
4.2.1 DISCUSSÃO TEÓRICA EM SALA DE AULA	52

4.2.2 ESCOLHA DA ÁREA DE ESTUDO.....	53
4.2.4 DA ATIVIDADE DE CAMPO	53
4.2.3 MAPA MENTAL DO TRAJETO	56
4.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	56
4.3.1 TRABALHOS PROTAGONIZADOS PELOS ALUNOS A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO DO MEIO	57
4.3.2 TRABALHO SOBRE O RESIDENCIAL TOCANTINS.....	58
4.3.3 TRABALHO SOBRE O SÃO FELIX PIONEIRO	59
5. ANÁLISES DA APLICAÇÃO DO RECURSO METODOLÓGICO ESTUDO DO MEIO NO ENSINO DE GEOGRAFIA	62
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
APÊNDICE	69

1. INTRODUÇÃO

Sendo o urbano uma construção social heterogênea e considerando ainda que a cidade é a materialização concreta resultante das relações sociais, bem como, das relações de produção que se estabelece nesse espaço, materializando-se das mais variadas formas, a preocupação inicial deste trabalho consiste em analisar a questão do direito à cidade no núcleo São Felix, buscando compreender sua configuração territorial, espacial e como que o sujeito social se insere, usa ou participa da cidade, estabelecendo uma discussão por e a partir do ensino de geografia, levando em consideração, portanto, o cotidiano dos alunos da turma do 1º ano 02, da Escola Estadual de Ensino Médio Walquize Viana da Silveira, localizada no São Felix II Marabá (PA).

Em um contexto em que a geografia não é somente uma ciência, mas é também uma disciplina escolar preocupada com a formação de pessoas conscientes do seu papel no contexto social, a proposta aqui é defender um ensino de geografia pautado no processo de transformação da sociedade e do espaço, tendo como foco principal o aluno e consequentemente o espaço em que o mesmo está inserido, (a escola, o bairro, a cidade), o aluno, portanto precisa ter clareza que o lugar em que ele vive ou mesmo o bairro onde ele mora é resultado do movimento constante da sociedade e que ele é um sujeito ativo nesse processo.

A *problemática* surge a partir da inquietação oriunda das contradições do espaço urbano. Com isso, a grande questão problema sobre a qual se desenrola este trabalho consiste na negação da cidade para grande parte dos sujeitos que a compõem.

Desse modo, ideia que problematiza e, portanto dá condição para a elaboração deste trabalho advém dessa configuração do espaço urbano que nos apresenta uma cidade fragmentada, desigualmente construída, acessada e habitada, onde a geografia como ciência e a geografia escolar propriamente dita, através do ensino, tem muito a contribuir tanto na compreensão desse espaço socialmente construído, como também na formação de pessoas que atuarão sobre ele, pelo seu caráter crítico de ciência formadora que muito tem a contribuir para a emancipação política e humana dos sujeitos e consequentemente para a construção do direito a cidade, entendido aqui como condição para manutenção e reprodução da vida das pessoas no espaço urbano.

As ideias acima relacionadas culminaram na formulação da *Hipótese* de que grande parte dos sujeitos que compõe a cidade ou o urbano de Marabá (PA) vive em condição de privação de seus direitos básicos, comprometendo sua qualidade de vida, assim sendo apostamos que a aplicação de uma geografia escolar de qualidade, em que pese uma análise da cidade não somente a partir de suas estruturas, mais, sobretudo, entendendo esta como um constructo social, pode efetivamente ser um marco decisivo na construção de novos cenários e do direito a cidade.

A condição pós-moderna nos coloca diante da necessidade de lançar mão de novos instrumentos metodológicos de ensino-aprendizagem, que possibilitarão aos alunos maior interação para com os conhecimentos geográficos, como também darão a estes alunos claras condições de por e a partir destes instrumentos, compreender sua realidade bem como a natureza dos processos espaciais, sociais e territoriais que o circundam.

Nesse sentido, *a justificativa* engloba o desejo de problematizar e discutir a questão do direito a cidade em Marabá (PA) através do ensino de geografia, tendo como recorte espacial o núcleo São Felix, buscando soluções através de novas metodologias junto à escola, que coloca em cheque o papel do cidadão no processo de construção e defesa dos seus direitos, especialmente do direito a cidade. Como também, buscamos dinamizar e propor melhorias à prática educativa escolar.

Para tanto, o presente trabalho tem como *objetivo geral* analisar a questão do direito à cidade no núcleo São Felix, fornecendo elementos que possibilite aos sujeitos uma reflexão acerca das condições em que se dão o seu acesso à cidade, apresentando o ensino escolar de geografia como proposta de intervenção com relação à negação ou violação desse direito.

Este fato, portanto nos dá a possibilidade de fomentar o debate acerca da produção do espaço urbano de Marabá e suas implicações, materializando-se na vida das pessoas de varias formas e em diferentes escalas, seja pela falta de acesso aos espaços da cidade, bem como, dos equipamentos que ela dispõe ou pela segregação sócio-espacial, sendo este ultimo um dos grandes problemas do núcleo São Felix.

Para melhor desenvolvimento das ideias supracitadas traz-se a tona os seguintes *objetivos específicos*.

- Analisar as condições materiais que possibilitaram o processo de formação e consolidação do núcleo São Felix, por meio de uma historiografia, de modo a compreender a configuração desta parte fragmentada da cidade e sua articulação com as outras áreas.
- Apresentar o ensino de geografia como elemento de transformação social, potencializando a construção do direito a cidade.
- Apresentar o Estudo do Meio aplicado ao ensino de geografia como com recurso de intervenção metodológico, capaz de desvelar as singularidades contidas no espaço vivido.

O percurso metodológico da construção desse trabalho se baseia na revisão e seleção de materiais e leituras relacionadas ao processo de urbanização e do ensino de geografia em que pese à reflexão sobre o direito a cidade, relacionando a realidade de Marabá (PA), tendo como recorte espacial o núcleo São Felix.

A pesquisa também faz um resgate histórico das condições materiais consideradas aqui decisivas no processo de formação territorial do núcleo São Felix, atrelado a expansão da malha urbana da cidade de Marabá (PA).

Com isso, tecemos inicialmente uma discussão teórica sobre a forma como se dá o crescimento urbano dessa cidade, atentando para as questões secundárias, oriundas do processo de urbanização a exemplo da própria negação da cidade.

Para tanto, houve a necessidade de realização de pesquisas de caráter documental e bibliográfico relacionadas ao tema como livros, artigos, dissertações, teses, estudos de casos, sendo estes devidamente lidos e fichados para melhor aproveitamento.

Buscando caminhos possíveis para construção do direito à cidade, tomando como referencia a realidade do núcleo São Felix em Marabá (PA), a pesquisa tece uma discussão a partir do ensino de geografia junto à turma do 1º ano 02 da escola de ensino médio Walkise da Silveira Viana.

A pesquisa também se utiliza do recurso metodológico *Estudo do Meio* como instrumento de análise crítica do espaço urbano, e constatação empírica da realidade do espaço vivido revelando os contrastes contidos nas paisagens e nas formas de apropriação e produção de espaços na cidade.

Posteriormente procedemos com aplicação de 37 questionários *in loco*, contendo perguntas relacionadas à metodologia adotada, com finalidade de saber a opinião da turma quanto a sua aplicação, como também analisar suas condições de acesso e uso da cidade como mostra o questionário em anexo.

A vertente analítica foi construída a partir de autores que se dedicaram ao estudo da cidade e conseqüentemente das problemáticas que permeiam o processo de construção do espaço urbano.

Nestes termos, todo o referencial teórico metodológico baseia-se no materialismo histórico dialético muito presente nos estudos de Henri Lefebvre que muito trabalhou com as questões relacionadas ao espaço urbano na perspectiva do direito a cidade, defendendo uma atuação consciente dos sujeitos sociais de modo a propor melhorias nas condições de habitação e construção do direito a cidade.

Assim sendo este autor vem influenciando grandes estudiosos que também serão analisados ao longo da construção deste trabalho como a professora Lana de Souza Cavalcanti, que a partir de um ideal socioconstrutivista tem se dedicado nos últimos anos à análise das questões imbricadas no constructo social urbano.

Partindo da concepção de que o direito enquanto elemento potencializador da atuação dos sujeitos sobre o espaço é acima de tudo na nossa realidade uma construção ou mesmo uma conquista através da ação efetiva de pessoas que se organizam para garantir minimamente de modo consciente ou inconsciente as condições de sobrevivência e reprodução social, materializado, por exemplo, nos assentamentos informais, no que tange a produção do espaço urbano de Marabá (PA).

Nesse sentido, Cavalcanti (2015) apoiando-se no referencial sócio-construtivista propõe que o ensino de geografia deve ser pensado no processo de transformação da sociedade e também do espaço. Ainda segundo esta autora a concepção de ensino fundada na dialética, defende que o conhecimento é construído por um sujeito ativo, em constante relação com o mundo.

Entende-se com isso que o conhecimento sobre a cidade e a problemática urbana também é produzido levando em consideração os saberes prévios de cada sujeito na sua relação com o espaço. Desse modo vale dizer que a ideia de direito a cidade deve ser pensada a partir das relações estabelecidas pelos próprios sujeitos sociais, considerando, portanto seu

poder de mobilidade e acesso aos diferentes lugares da cidade como um indicativo da negação ou do acesso e uso da cidade.

O urbano enquanto modo de vida orquestra orienta e engendra processos de extrema complexidade, materializados na cidade em diferentes escalas, parafraseando Mike Davis (2006) em seu livro *Planeta Favela*, 80% do crescimento das cidades na realidade amazônica tem se dado desprovidos de serviços e equipamentos públicos de toda ordem, tornando assim sinônimos, urbanização e favelização. Nesse sentido Carlos (2011), em sua obra intitulada *A Condição Espacial*, nos orienta que.

A autoprodução humana se faz por cisões, assim sendo a morfologia urbana reproduz uma hierarquia social que vai em direção à segregação sócio-espacial, fragmentação dos espaços-tempos da vida humana em seus acessos diferenciados marcando assim as diferenças de classe (CARLOS, 2011, p. 65).

Entende-se aqui como direito a cidade a capacidade de cada sujeito em ocupar e usufruir das estruturas urbanas dispostas na cidade é também segundo Harvey (2014), o direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com os interesses mais profundos e verdadeiros da coletividade, entendendo assim a cidade como fruto de uma construção social histórica, na medida em que resulta das relações entre os sujeitos e deste com o próprio espaço.

Por assim ser Correa (1997), nos orienta que o espaço urbano é simultaneamente “fragmentado, articulado, reflexo, condição social e campo simbólico de lutas”, confirmando a ideia supracitada de que o urbano é uma construção social materializado na cidade de diferentes formas, tendo em vista as práticas espaciais de cada sujeito. Ou como bem afirma Sousa (2008) a cidade é um produto dos processos sócio-espaciais que reflete a interação entre várias escalas geográficas.

A cidade não se resume à paisagem aparente: ela se produz e reproduz a partir do cotidiano de quem a constrói, contendo vidas, fragmentos de vidas, é a dimensão do uso do espaço e do tempo. Só a partir do conhecimento disso é que se pode compreender a cidade para além da aparência (OLIVEIRA, 2000, p. 20).

A questão que se coloca sobre a problemática urbana é que o capitalismo apoderou-se da cidade e assim subverteu-se o valor de uso pelo valor de troca gerando problemas de toda ordem, e em varias escalas como a segregação socioespacial, exclusão social e a marginalização, segundo Lefebvre (2008) o urbano é um continente que se explora na medida em que é construído, com essas palavras este autor nos remete à ideia de que o

urbano está em constante processo de mutação, ganhando formas e conteúdos cada vez mais diversificado e complexo.

O resultado de tudo isso, é que a cidade se apresenta de forma muito violenta para a grande parte dos sujeitos que a compõe, como afirma Cavalcanti (2015) a cidade é, portanto, um espaço complexo de produção social, que contraditoriamente abriga diferentes sujeitos social, os segrega e os separa.

As transformações que historicamente se deram, permitindo a estruturação do modo de produção capitalista, constituem consequências contundentes do próprio processo de urbanização. A cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo a nível mundial, como a partir do capitalismo. (SPOSITO, 1997, p. 30).

No tocante ao termo cidade trabalhamos com a ideia de Lefebvre (2008), que a considera como “fruto de uma criação humana”, nesse sentido ele apresenta a cidade em três momentos, o primeiro deles configura cidade como uma “materialidade” ocupando um espaço bem próprio, específico e distinto da realidade rural.

Em um segundo momento concebe cidade como “intermediária entre uma ordem próxima e uma ordem distante”, a cidade vista dessa forma circunscreve um espaço de contradição e relações de poder.

Já no terceiro momento a cidade é concebida como uma “obra” no sentido de que se trata de um espaço criado e modelado a partir de ideologias, gostos, culturas, crenças, estética entre outros, ou seja, a configuração da cidade depende dos sujeitos e da forma como estes se apropriam de seus espaços.

Estes dois últimos por sua vez são reveladores da problemática crucial dessa pesquisa, se tratando do direito a cidade, tendo como viés de análise a realidade de Marabá (PA) especificamente o caso do núcleo São Felix, considerando as condições que orientaram e ainda hoje orientam o constructo social urbano dessa porção fragmentada da cidade, criando espaços de contradição a partir de diferentes formas de apropriação e uso do solo.

Convém dizer, portanto que a ideia de direito a cidade não é meramente um modismo da sociedade atual, mas surge basicamente das ruas, dos bairros, e das próprias cidades como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero, (HARVEY, 2014).

Nesses termos, a cidade, ao mesmo tempo em que se constitui como elo de mediação, também configura um espaço de manifestação política, onde se revelam contradições sociais decorrentes das disputas pelo poder político entre diferentes grupos sociais, como afirma Cavalcanti (2015, p.22).

A cidade é um espaço produzido social e historicamente, expressão dos modos dominantes de produção, em lógicas que articulam os diferentes pedaços e as diferentes condições de vida ali presentes. Nesse sentido, pode-se entender que o espaço urbano constitui-se sob a racionalidade capitalista, que define locais na cidade segundo essa lógica. Nesse processo, a cidade é como outros espaços a expressão da contradição entre a produção do capital que transforma tudo em mercadoria, submetendo o acesso e o usufruto do espaço urbano ao mecanismo da propriedade privada (CAVALCANTI, 2015, p. 22).

Estamos diante de um momento em que as relações de produção se ampliam e a realidade urbana se generaliza. Esse fato exige, portanto, que desempenhemos melhor capacidade de leitura dos espaços da cidade na prática docente de ensino escolar de geografia e assim interpretá-los corretamente, desenvolver o que Lefebvre (2008) denomina de “leitura sintomal”¹, que nos possibilitaria mensuração de forma completa e profunda das contradições tanto quanto das negações imbricadas nos espaços da cidade.

Dessa forma, buscando um dialogo condizente com os objetivos propostos, o presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, sendo que o *primeiro* tem como prerrogativa analisar as condições materiais que possibilitaram o processo de formação e consolidação do núcleo São Felix através de uma historiografia, onde será possível melhor compreensão dos fatores, bem como dos elementos ou agentes imbuídos na construção efetiva desta parte fragmentada da cidade, trazendo a tona uma discussão a respeito da configuração dessa fração da cidade e, conseqüentemente, sua articulação com as demais áreas espacialmente dispersas, a partir do movimento das pessoas nas suas práticas diárias de uso da cidade.

Um mundo que se faz sem esperança, sem possibilidades, sem alternativas não é um mundo, mas um simulacro abarrotado de humanoides, desse modo o *segundo capítulo*, apresenta o ensino escolar de geografia como instrumento de transformação social, de modo a potencializar a construção do direito a cidade, baseando-se na ideia de que a geografia tanto com seu caráter crítico de ciência, como também, de disciplina escolar tem muito a contribuir

¹ Segundo Lefebvre (2008), essa leitura sintomal do urbano permite chegar a sua definição geral através das contradições e das negações contidas nos seus espaços.

no processo de emancipação política e humana dos sujeitos, o que muito provavelmente desencadeará reais possibilidades de construção de novos cenários e do direito ao acesso não somente a cidade como também aos mecanismos que ela dispõe.

Feito isso, o *terceiro capítulo* apresenta a técnica do estudo do meio como elemento de intervenção metodológica, que vem dar suporte a essa análise profunda e crítica da cidade considerando sua natureza reveladora das contradições circunscritas no espaço urbano, que na maioria das vezes passam despercebidas aos nossos olhos, banalizando as chamadas mazelas sociais, escamoteando as desigualdades de uso e aceso da cidade o que espantosamente termina por criar certo comodismo por parte das pessoas, pelo fato de estarem historicamente habituados a conviver com os mesmos problemas cotidianamente.

O que buscamos aqui não é somente a disseminação do sentimento de insatisfação de uma realidade que parece normal e imutável, mais também a possibilidade de a comunidade de uma forma geral se apropriar de um conhecimento que lhes permitirão uma intervenção positiva dentro de seu espaço de vivência que muito influenciará na tomada de decisões referente a esse espaço.

Esses são os pressupostos metodológicos mais relevantes da pesquisa que agora se apresenta para debate.

2. CAPITULO I: DA FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL A ARTICULAÇÃO ESPACIAL DO NÚCLEO SÃO FELIX: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO TEÓRICA.

Iniciar esse capítulo procedendo a uma análise historiográfica constitui uma tarefa de grande relevância para o entendimento desse trabalho, ao passo que tal procedimento nos leva a examinar a natureza dos problemas sociais urbanos do espaço em questão.

Dessa feita, a preocupação aqui, é mostrar ao longo da presente seção o que motivou a formação, e conseqüentemente, a organização territorial do núcleo São Felix e como as pessoas constituintes desse espaço se organizam seja de modo individual ou coletivo para o desenvolvimento de suas atividades diárias neste e para além deste espaço socialmente construído, e também como ou mesmo até que ponto essa configuração estrutural urbana influencia no desenvolvimento dessas atividades. Como esse espaço se produz e de que maneira essa organização se reflete na vida social desse conjunto de pessoas, sobretudo na questão do uso da cidade, não só, daqueles sujeitos que melhor se apropriam do espaço como também daqueles que sobrevivem nestes a partir das situações que lhes são impostas em decorrência das centralidades, da exclusão e da segregação.

A cidade de Marabá no seu aspecto estrutural organiza o seu espaço baseado em vários núcleos urbanos com uma dispersão razoável entre eles, distribuídos em Marabá Pioneira, Cidade Nova, Nova Marabá, São Félix e Morada Nova.

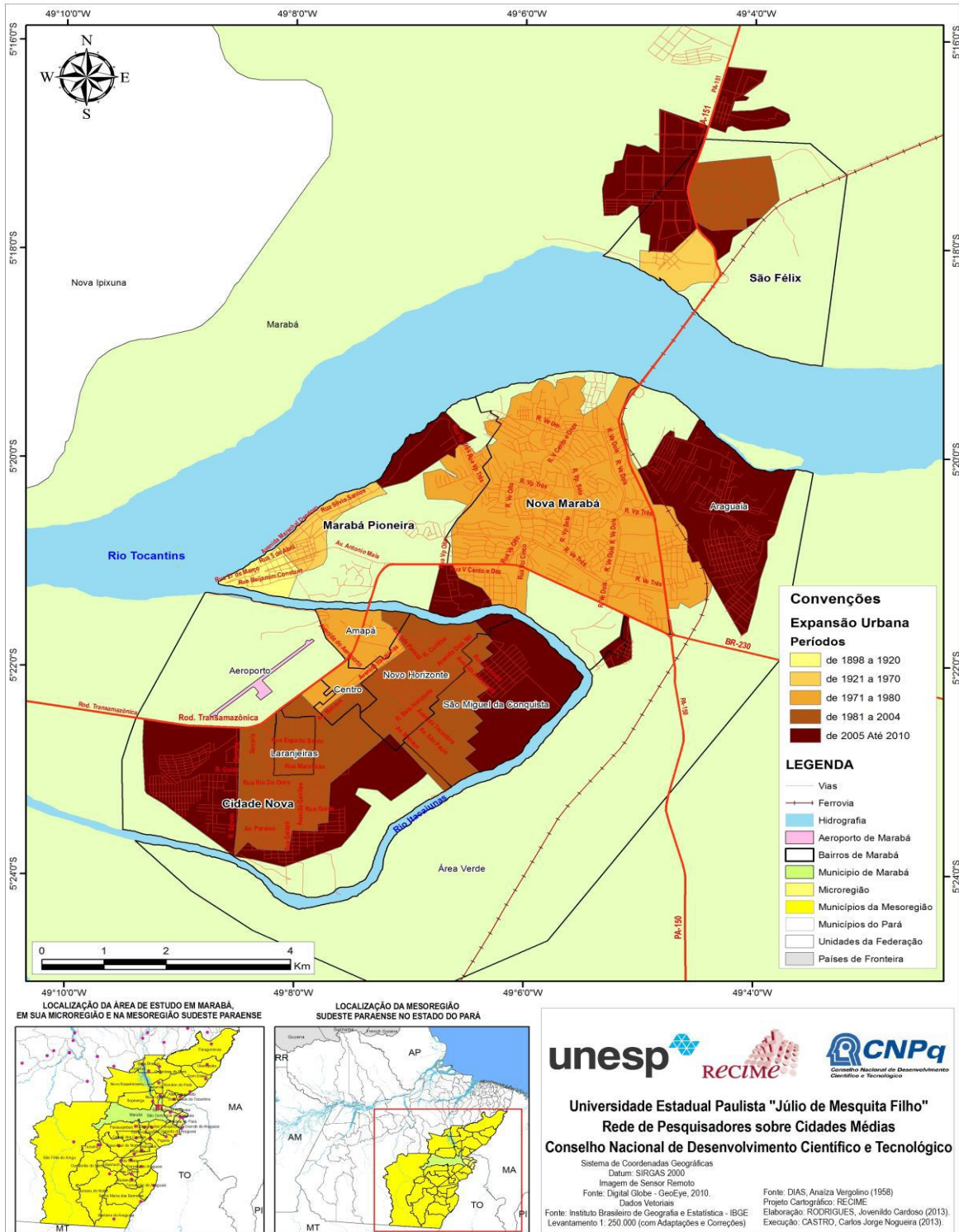
Vale dizer que nos últimos anos esta cidade vem passando por grandes transformações a partir da ação de grandes agentes modeladores do espaço, bem como da chegada de pessoas atraídas pela possibilidade de engajamento no mercado de trabalho, fato que vem provocando uma reformulação na estrutura urbana desta cidade.

2.1 APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO TERRITORIAL URBANA DO NÚCLEO SÃO FELIX

Por assim ser, apontamos que o núcleo São Felix tem sua gênese no processo de expansão da malha urbana da cidade de Marabá (PA), muito ligado aos chamados ciclos econômico, culminando com um intenso e volumoso fluxo migratório para esta região.

O mapa a seguir faz referencia ao processo de expansão urbana de Marabá (PA) a partir de temporalidades distintas.

Figura 1 - Mapa da evolução urbana de Marabá



Fonte: RODRIGUES (2015).
 Organização: CALDAS (2018).

Com essa análise cronológica da ocupação urbana desta cidade, podemos dizer que cada momento com suas especificidades deixaram aqui suas marcas imbricadas no espaço e no tempo, sendo a exploração mineral o de maior relevância para o desenvolvimento e estruturação do núcleo São Felix, tendo a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) como maior agente de intervenção e estruturação no território em consonância com as políticas estatais a exemplo dos Programas de Integração Nacional (PIN), visando integração econômica e o desenvolvimento regional.

Cada espaço urbano possui especificidades inerentes ao seu próprio processo histórico de estruturação, o que faz com que as dinâmicas de modificações aconteçam de acordo com o arranjo das relações socioeconômicas e espaciais do momento presente e também dos acúmulos históricos que complementam esse processo. (SOUZA, 2015, p. 27).

Os rebatimentos dessa racionalidade produtiva orquestrada para a região amazônica são inúmeros no Sudeste Paraense, segundo D`Araújo (1992), os conteúdos materializados no espaço, orientados por essa política autoritária de colonização, capitalização e defesa das fronteiras, não foi inovador, pelo contrario, potencializou a reprodução de velhos problemas.

Em Marabá especificamente, isso se intensifica a partir da implantação do Projeto Grande Carajás (PGC), onde essa cidade passa a ser, não somente um espaço estratégico, mais também um espaço de fluidez da produção e de capital financeiro, considerando o processo de operacionalização do corredor ferroviário de Carajás até o porto de Itaqui no estado do Maranhão, com a intencionalidade de atender uma demanda produtiva que perpassa as escalas local e regional, ligando-se a uma lógica de mercado global.

As cidades crescem em ritmo acelerado e a realidade urbana se generaliza na Amazônia, segundo Trindade Júnior (2015, p. 94), “tais configurações em grande parte, articulam-se a uma lógica de urbanização difusa, que está presente também em todo território brasileiro”, nestes termos, vale acrescentar o pensamento de Santos (2009), segundo o qual, estaríamos, agora, deixando a fase de mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos também a urbanização do território.

Esse processo de crescimento e expansão urbana por sua vez dá origem às metrópoles regionais, sem planejamento adequado estas cidades apresentam problemáticas características que envolvem os grandes centros urbanos, inerentes à ótica de desenvolvimento regional baseado na exploração da natureza e da própria força de trabalho humano.

É correto falar também que se tratando do processo de urbanização aos moldes amazônicos, não se pode compreender as novas dinâmicas ou configurações socioespaciais, procedendo a uma análise dissociada de um contexto inter-regional, nacional ou mesmo global, em que pesem os processos de “integração”, “desenvolvimento regional”, “globalização” e “mundialização” (OLIVEIRA, 2000), que de modo geral foram fundamentais no surgimento, bem como na expansão de cidades na Amazônia, que ganha novas feições e contornos a partir da ação de atores hegemônicos e da relação destes com a sociedade.

Ainda segundo Oliveira (2000), só é possível mensurar o surgimento de cidades, bem como, o processo de urbanização crescente na Amazônia, por e a partir de um estudo em que pese uma análise crítica de sua dimensão econômica, articulada aos processos globais inerentes ao modelo capitalista de produção que busca não somente se manter, mas, para, além disso, busca a sua reprodução permanente.

Assim sendo, é correto dizer que na medida em que o capitalismo se apropria do espaço, tem-se uma reformulação na dinâmica das relações entre os sujeitos e destes com o próprio espaço, sendo este o resultado cumulativo dos processos produtivos impostos pela sociedade, (SANTOS, 1997).

Alem desse processo de reestruturação da malha urbana de Marabá onde se nota um considerável aumento da população nessa margem do Rio Tocantins, é preciso considerar que anteriormente a esse momento já existia um movimento de pessoas para essa área da cidade, levadas por conta das enchentes que obrigavam os moradores do pontal, que era por sua vez as regiões mais suscetíveis aos alagamentos a migrar durante esse período para outras áreas até o fim do período de cheia, e os mesmos pudessem assim retomar às suas atividades, naquele momento muito ligado ao extrativismo vegetal e ao comércio desses produtos.

Esse fato, portanto foi decisivo para ocupação de algumas áreas como as que hoje correspondem aos bairros Amapá e São Felix, ao passo que em algum momento desse movimento de ida e vinda de pessoas em virtude das cheias, algumas famílias se firmaram nesses locais, o que concomitantemente levou outros moradores a também se estabelecerem nessas áreas.

Segundo Mattos (1996), o acesso aos outros núcleos da cidade se dava através de embarcações pequenas e de uma balsa que ligava os núcleos, Nova Marabá e São Felix.

Ainda assim, nota-se que nesse período mesmo com precárias condições de integração, houve um favorecimento para o surgimento desse bairro distante da zona urbana

de Marabá, considerando a alteração da dinâmica econômica na cidade, a partir da década de 1970, relacionado ao extrativismo mineral em Parauapebas na serra dos Carajás.

Com a criação da estrada de Ferro inaugurada em 1984, cria-se um ambiente muito favorável para expansão urbana dessa porção da cidade que a partir desse momento vivencia o crescimento vertiginoso de sua população como afirma Rodrigues (2010).

O ritmo de transformação da cidade revela-se nas paisagens urbanas de Marabá, pela expansão dos assentamentos urbanos na cidade, pela intensificação do fluxo de transportes no seu respectivo espaço intraurbano, pelo aumento do número de ocupações, pela diversificação das atividades comerciais e de serviços que surgiram em Marabá com vias a atender as novas demandas do capital. (RODRIGUES, 2010, p.112).

Desse modo, consideramos que de fato houve um crescimento considerável da malha urbana de Marabá, sobretudo na porção que tange ao núcleo São Felix, entretanto, é preciso dizer que esse crescimento não veio acompanhado de infraestrutura urbana o que conseqüentemente acarretou grandes implicações na organização espacial dessa fração da cidade.

Isso se deve em grande parte ao processo de ocupação espontânea que se generaliza na cidade a partir desse momento, inerente à política dos grandes projetos, desde os anos de 1980 com a abertura do corredor ferroviário até o momento mais recente onde tem uma grande relevância para essa análise socioespacial, o projeto Aços Laminados do Pará (ALPA), considerando suas implicações na reestruturação urbana de Marabá, através da especulação imobiliária e da geração de novas centralidades, onde o núcleo São Felix representa um importante vetor de crescimento e expansão urbana na Cidade.

2.2 A PRODUÇÃO SOCIAL URBANA E OS PRINCIPAIS AGENTES MODELADORES DO ESPAÇO EM MARABÁ (PA)

Tendo o núcleo São Felix como referência, considerando a metodologia da pesquisa, pode-se dizer que essa expansão urbana se dá através da tríade Sociedade, Estado, Capital.

A sociedade representada, sobretudo por grupos sociais excluídos e marginalizados do processo produtivo que buscam de maneira individual ou coletiva formas e estratégias de se reproduzir no espaço, assim surgem na cidade às ocupações espontâneas, popularmente chamadas de “invasões”, potencializando o processo de expansão urbana.

Por outro lado a ação do Estado se faz fundamental, visando criar as condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, (CORRÊA, 1989), no caso São Felix, materializado nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, (PMCMV) do governo federal, que arbitrariamente formam novas territorialidades, tornando ainda mais agudo os problemas de exclusão e segregação socioespacial, principalmente no que diz respeito aos sistemas de serviços e equipamentos públicos, que representa um grave problema social nessas áreas.

O capital se torna presente através da especulação imobiliária que por sua vez vem consolidar uma nova modalidade de ocupação, por sinal muito marcante nas cidades médias que se constitui como “auto segregação” onde uma parcela da população com maior poder aquisitivo buscam se refugiar das “perturbações urbanas”. Os agentes imobiliários apropriando-se desse conhecimento criam essa nova forma de ocupação e expansão urbana na cidade e conseqüentemente os espaços de contradição a partir da expressiva disparidade de ocupação dos espaços da cidade.

Outro fator importante a ser destacado nesse viés de análise é o valor da terra, representando uma condicionante na forma em que se processa a expansão urbana, direcionado o crescimento da cidade no caso dos loteamentos, de acordo com o poder de compra das pessoas, e assim tem-se uma ocupação maior pela população de menor poder aquisitivo nas áreas distantes, como no caso do São Felix que se tornam por vezes viáveis economicamente para boa parte das pessoas, no entanto já estão condenados a conviver com a dificuldade inerente a deficiência de equipamentos e infraestrutura urbana dessas áreas.

É preciso também levar em consideração nessa análise a possível união entre Capital e Estado, uma vez que em muitos casos esses dois estão entrelaçados seja pela aquisição de benefícios para atuação das corporações imobiliárias ou pela contratação dessas empresas para efetivação dos programas estatais como é o caso dos conjuntos habitacionais Minha Casa Minha Vida, onde claramente se percebe a parceria pública privada.

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 1989, p. 11).

Vale dizer, contudo, que no que tange ao núcleo São Felix, essa estrutura de produção urbana é responsável pelo agravamento dos problemas sociais ligados ao uso da cidade bem como de seus equipamentos técnicos, na medida em que não se leva em conta os rebatimentos dessas ações seja elas de natureza estatal como é o caso dos conjuntos

habitacionais, ou de capital privado através dos loteamentos ou condomínios fechados quando da geração de novas demandas nesses espaços, principalmente com relação a serviços públicos, de segurança, educação, saúde, transporte e ambientes recreativos.

A esse respeito, principalmente com relação ao desenvolvimento das forças produtivas surge a necessidade de criação de meios que envolvem o planejamento urbano, de modo a contemplar nesse arranjo estrutural urbano as características indispensáveis para melhoria da qualidade de vida na cidade, bem como também a disposição da infraestrutura e a oferta de serviços públicos em áreas urbanas, minimizando assim os problemas sociais relacionados ao modo desigual e contraditório de produção de cidade.

Segundo Rodrigues (2010, p. 115), Marabá deve ser entendida como “locus de engendramento de múltiplos processos socioespaciais”, que por sua vez vem reformulando a estrutura urbana desta cidade, em que pese à reflexão sobre os agentes e suas diferentes formas de atuação no espaço, desconstruindo e reconstruindo paisagens, assim como novas territorialidades que por sua vez resulta na constituição de novas relações sociais, sejam elas harmônicas ou conflituosas. A esse respeito Oliveira (2000, p. 128), nos orienta que,

O processo de reprodução do espaço envolve a articulação entre o novo e o velho. O avanço de novas relações sociais de produção na Amazônia estabelece novas formas e conteúdos espaciais, impondo o novo, destruindo culturas, natureza e modos de vida. (OLIVEIRA, 2000, p. 128).

Com isso, as possibilidades de uso da cidade estão subjugadas às formas pelas quais os sujeitos se inserem no espaço e, portanto, caracteriza-se como meio e condição para o engajamento e usufruto das estruturas urbanas como nos esclarece Carlos (2011, p.64).

Nesse contexto o próprio espaço assume a condição de mercadoria como todos os produtos dessa sociedade. A produção do espaço se insere assim na lógica de produção capitalista que transforma todo produto dessa produção em mercadoria. A lógica do capital fez com que o uso como acesso necessário a realização da vida, fosse redefinido pelo valor de troca e, com isso, passasse a determinar os contornos e sentidos da apropriação do espaço, pelos membros da sociedade (CARLOS, 2011, p. 64).

Essa transformação do espaço em mercadoria acaba por deformar a cidade a partir da lógica desigual de ocupação de seus espaços, mas essa deformação que se ver no espaço urbano não é meramente a deformação da cidade mais, sobretudo, a deformação da própria sociedade, visto que enquanto uma parcela elitizada tem a possibilidade de escolher entre os territórios que melhor lhe convém, existe grupos que sequer tem o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana (HAESBAERT, 2004).

São esses povos urbanos, segregados dos sistemas de serviços, desfavorecidos pelas políticas públicas, desprovidos de direitos e bens, que chamamos ao debate e à transformação da cidade.

Acredita-se que o caos urbano que se verifica no momento presente também circunscreve um ponto de ruptura, ao passo que potencializa a inquietação, o descontentamento e a crítica dos povos historicamente oprimidos, desencadeando os movimentos sociais urbanos que surgem como resistência, combate e principalmente como possibilidade de construir novos cenários em prol da coletividade da vida nas cidades.

2.3 DA FRAGMENTAÇÃO Á ARTICULAÇÃO URBANA DO NÚCLEO SÃO FELIX: ANALISE DAS DIFERENTES FORMAS DE USO DA CIDADE

Estando o núcleo São Felix em uma situação de descontinuidade com relação às demais áreas da cidade, sua articulação é necessária pela carência de serviços e estruturas urbanas que este núcleo não dispõe, assim como a oferta de serviços é consideravelmente maior em outras áreas da cidade, levando em conta a geração de centralidades a partir dessa ordem caótica que permeia a produção do espaço urbano de Marabá.

Figura 2 - Localização do núcleo São Felix, Marabá PA.



Fonte: Google Earth (2012).
Organização: Caldas (2018).

Com uma população de cerca de 20.000 habitantes segundo dados da Secretaria de Planejamento Urbano de Marabá ² (SEPLAM), o núcleo São Felix não dispõe de infraestrutura de serviços que consiga atender com eficácia a demanda de sua população o que desfavorece a reprodução cotidiana da vida nessa fração da cidade. Assim sendo, o mapa em questão faz referência à localização espacial do núcleo São Felix e ainda tem a prerrogativa de representar os principais serviços disponíveis à população nesse espaço específico, tais como; escolas, postos de saúde, agências bancárias e outros.

A partir dos dados contidos no mapa tornou-se possível estabelecer um panorama geral de como vive essa população no que se refere à oferta de serviços e equipamentos urbanos.

Este fato, contudo, exige uma organização mínima de infraestrutura urbana para dar condição a esse movimento diário de pessoas que saem do São Felix, a fim de acessar determinados serviços e desenvolver algumas atividades, desde as mais simples, como ir ao comércio, a escola ao banco, até as mais complexas como acessar serviços relacionados à área de saúde e outros.

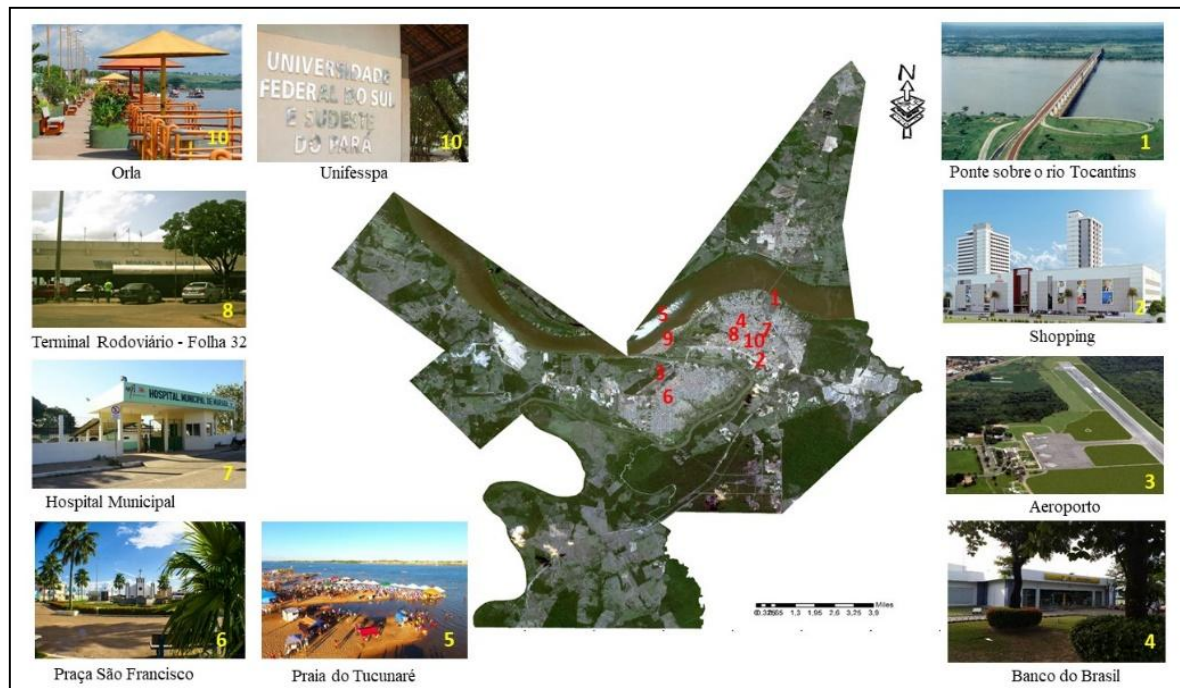
A demanda por tais serviços naturalmente reflete nos sistemas de transporte, uma vez que este se caracteriza como condição para mobilidade das pessoas. Assim sendo, esse deslocamento de pessoas em sua maioria se dá através do transporte público coletivo, mas também por meio do transporte individual como carros e motocicletas.

Especificamente no caso do São Felix é preciso dizer que existe uma busca muito grande pela aquisição do meio de transporte individual, motivada pela ineficiência do sistema público de transporte. Em muitos casos, o meio de transporte se constitui como um elemento tão importante quanto à moradia.

Nesse sentido, o esquema abaixo ilustra os principais motivos que tem levado as pessoas a se deslocarem diariamente do núcleo São Felix para outras áreas da cidade.

² O dado em destaque é uma estimativa do contingente populacional do núcleo São Felix, adquirido através de uma pesquisa junto à secretaria de planejamento urbano de Marabá no dia 07/02/ 2018, onde me foi fornecido um quadro com a representatividade da população nos distritos urbanos a partir do censo 2010.

Figura 3 - Imagens do perímetro urbano de Marabá (PA)



Fonte: Adaptado de QUARESMA (2017).
Organização: CALDAS (2018).

É possível observar através da figura que a maior motivação do deslocamento dessa população é a busca por algum tipo de serviço que o núcleo São Felix não dispõe evidenciando a concentração desses serviços e equipamentos urbanos em outras áreas da cidade.

Dentre os principais serviços buscados no esquema representado pela figura em que pese o deslocamento urbano da população residente no núcleo São Felix se destacam, os serviços de saúde, educação, serviços bancários, comércio e lazer.

Para melhor tratar dessa questão dos deslocamentos urbanos e acesso a determinados serviços na cidade, se fez necessário à realização de pesquisas para obtenção de dados quanto da oferta diária de transporte público coletivo que atende o núcleo São Felix. Assim foi possível dimensionar as especificidades imbricadas nas diferentes formas de acesso e uso da cidade por essa população.

Dessa forma, analisamos a pesquisa de Silva (2017) realizada nos dias 09, 10 e 11/07/2016 (nove, dez e onze de Julho do ano de dois mil e dezesseis) das 06h00min às 18h00min, onde foi possível verificar o número de linhas de ônibus, bem como, quantificar suas respectivas viagens para os núcleos São Felix e Morada Nova, no referido intervalo de tempo como mostram as tabelas a baixo.

Tabela 1 - Demonstrativo da oferta de viagens dos bairros Nova Marabá, Velha Marabá, Liberdade e Novo Horizonte para os núcleos urbanos Morada Nova e São Félix durante os dias 09, 10, 11 de Julho do ano de 2016.

Destino	Dia 09 de Julho de 2016	Dia 10 de Julho de 2016	Dia 11 de Julho de 2016
São Félix i, ii e iii.	15	10	19
São Félix, Residencial Tocantins Novo Progresso.	12	09	20
Morada Nova	34	24	38
Morada Nova direto	02	02	13
Morada Nova Murumuru	02	03	02
Via SESP	01	01	02
Vila Sarandi	0	0	04
Total	66	49	98

Fonte: SILVA (2016).

Organização: CALDAS (2018).

Tabela 2 - Demonstrativo da oferta de viagens dos núcleos Morada Nova e São Félix para os núcleos urbanos, Velha Marabá, Novo Horizonte e Liberdade durante os dias 09, 10, 11 de Julho do ano de 2016.

Destino	Dia 09 de Julho de 2016	Dia 10 de Julho de 2016	Dia 11 de Julho de 2016
Marabá Pioneira	44	32	50
Marabá Direto	02	02	10
Novo Horizonte	09	03	17
Liberdade Aeroporto	03	02	14
Liberdade Direto	01	01	02
Liberdade Antônio Vilhena	14	18	16
Vila São José	01	0	0
Liberdade Boa Esperança	02	0	03
Liberdade Boa Esperança/Jardim União	0	0	02
Total	76	58	114

Fonte: SILVA (2016).

Organização: CALDAS (2018).

Esses dados revelam a problemática crucial quanto ao acesso da cidade, que é a carência de transporte coletivo, refletindo diretamente sobre a mobilidade urbana.

São inúmeras as dificuldades que vão desde as estruturas das paradas de ônibus expondo seus usuários às diferentes condições do tempo, como também o acesso a estas paradas, considerando que por se tratar de um número reduzido de ônibus, existe um privilégio das principais vias, fazendo com que boa parte de seus usuários que moram nas regiões mais afastadas tenham que caminhar uma distância considerável para acessar as paradas de ônibus.

Somando-se a isso ainda tem o fato de que muitas famílias foram deslocadas para o São Félix a partir da ocupação do residencial Tocantins, do (PMCMV) agravando ainda mais os problemas já mencionados.

É interessante para esse momento refletir também sobre o processo de reestruturação urbana que Marabá vem passando nos últimos anos em que o núcleo São Felix transformou-se em uma importante área de expansão urbana desta cidade, entretanto muito pouco se fez com relação aos serviços e equipamentos urbanos neste núcleo da cidade.

Outra questão importante e que não poderia ser deixada de fora nessa análise é a ponte rodoferroviária sobre o Rio Tocantins que liga São Felix a Nova Marabá exercendo um papel de extrema importância para mobilidade urbana desses dois núcleos, entretanto, o que nos chama atenção é o fato de que esta ponte circunscreve um ponto de ligação entre os dois núcleos urbanos já mencionados como também caracteriza um ponto de “estrangulamento”, considerando que este é o único meio de acesso ligando estas duas áreas espacialmente dispersas, e uma vez intrafegável gera grandes transtornos, fato que acontece corriqueiramente.

Essa situação agrava profundamente o problema da mobilidade que por sua vez condiciona o acesso e uso da cidade de grande parte da população, vitimados pela precariedade dos serviços de transporte como também pela deficiência estrutural em que se dá a expansão urbana dessa fração da cidade.

Ainda com relação à ponte rodoferroviária sobre o Rio Tocantins, um fator importante a ser destacado é que somente um ano depois de sua inauguração que se deu no ano de 1984 é que a mesma foi liberada para o tráfego de pessoas, confirmando a ideia de que ela não foi pensada para dar suporte à mobilidade das pessoas, possibilitando melhorias na qualidade de vida dessa população.

Este fato nos dá condição para aferir que este empreendimento configura o resultado concreto dessa racionalidade produtiva pensada para Amazônia, que se mantém a partir da lógica de exploração e expropriação dos recursos naturais dessa região e conseqüentemente da exploração também da força de trabalho humano.

Os pobres urbanos tem de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distancia do trabalho e por vezes a própria segurança (DAVIS, 2006, p. 39).

Este pensamento do historiador norte americano Mike Davis, expressa o dilema vivenciado por essa população segregada das estruturas urbanas, desfavorecidas por esse modelo excludente de produção de cidades e de modo concomitante também é revelador das diferentes estratégias que esses sujeitos se utilizam para se inserir na cidade.

Essas questões refletem significativamente na organização social do espaço, que influencia também, por exemplo, no índice de empregabilidade com relação ao São Felix, na medida em que tais condições de vida, bem como das estruturas urbanas é de conhecimento

dos detentores dos meios de produção e dos postos de trabalho que na maioria das vezes optam por não empregar as pessoas que vivem nessa área da cidade considerando a possibilidade real de problemas como atraso e falta nos dias de trabalho pelos problemas recorrentes do cotidiano dessas pessoas, como já foi posto na presente seção.

Essa situação acaba por criar as condições necessárias à reprodução dos meios de produção capitalista instaurando as grandes contradições urbanas, mantendo os antagonismos de classe como elemento fundamental para manutenção do sistema através das relações sociais contraditórias que se estabelece a partir daí. Garante também a reprodução das relações sociais de produção, estabelecendo uma relação de dominação através de um espaço social concretizado, criado, ocupado e fragmentado conforme as necessidades do modelo vigente.

Segundo Corrêa (1997) a cidade reproduz internamente a expansão e domínio capitalista que se verifica em escala planetária, a cidade, nesse sentido, é entendida enquanto a representação de uma gama de significados, ações e relações nem sempre harmônicas, mas que estão dialeticamente relacionadas e atuam na construção de realidades distintas. De acordo com Oliveira (2000, p.22), “o modo pelo qual os homens produzem o espaço depende diretamente das condições concretas dos meios de produção”.

A materialidade social assim criada constitui, de um lado, um reflexo dos conflitos sociais e, de outro, é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, que gera novas tecnologias e novos meios de produção de ambientes. (CORRÊA, 1997, p. 152).

Essas características são comuns às cidades médias, onde se tem uma atuação latente do capital, produzindo espaço, reformulando estruturas pré-existentes, instaurando contradições e vivendo a partir delas.

A cidade torna-se um espaço passível de apropriação e assim se configura como meio e condição para a reprodução capitalista, segundo Lefebvre (1991) a própria sobrevivência do capitalismo estaria baseada na criação de um espaço social crescentemente abrangente, instrumental e mistificado, seria esse então, o espaço urbano, permeado por suas contradições e rupturas.

Partindo desse pressuposto, consideramos que existe uma necessidade real e urgente de intervenção, no sentido de tornar o urbano um espaço de atuação social, não de atores hegemônicos e a cidade um instrumento potencializador da vida para os que nela habitam, de forma que seu acesso seja possível a todos os grupos de forma equitativa e o desenvolvimento da vida não seja um privilégio de uns em detrimento de outros.

Reivindicar o direito à cidade equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre o processo de urbanização, sobre o modo pelo qual nossas cidades são feitas (HARVEY, 2014). Para tal feito é conveniente que tenhamos além de uma tomada de consciência o desenvolvimento de práticas sociais equivalentes para construção do direito à cidade.

A opção pela geografia escolar nessa árdua tarefa de transformação social é justificável pelo seu caráter crítico e formador, capaz de construir uma cidadania também para a vida urbana, uma vez que a cidade é o lócus privilegiado da vida social (CAVALCANTI, 2008).

3. CAPITULO II: ENSINO DE GEOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

No discurso da modernidade, a escola situa-se no centro das ideias de justiça, igualdade e distribuição de saberes, para criação de um sujeito racional, autônomo e livre. No entanto, a modernidade da qual testemunhamos, não realizou esta ideia de cidadania livre e autônoma, pois a alienação, exploração, segregação e exclusão, entre outros estão singularizando esse nosso tempo, (SOARES, 2009).

Dessa feita, pensar o ensino escolar de geografia como elemento potencializador da prática social, é mergulhar no universo de possibilidades que se pode atingir a partir de uma atuação consciente da prática educativa escolar, e do quão importante isso se torna no cotidiano de um aluno, não só por transformar-lhe a vida, mais por lhe tornar também um agente de transformação social.

Nestes termos, o presente capítulo, traz a tona a discussão sobre o urbano através do ensino de geografia, em que pese à reflexão sobre o direito a cidade, levando em consideração a realidade do núcleo São Felix, que tem sofrido grandes transformações a partir da atuação de agentes corporativos produtores e modeladores do espaço, bem como das diferentes formas de apropriação dos espaços urbanos, fato que tem causado grande implicação na organização social, na interação entre as pessoas e destas com os espaços da cidade.

Para tanto tomamos como base as ideias de Cavalcanti, (2015) de que a escola através do ensino deve contribuir para construção de conhecimentos abrangentes, críticos e instrumentalizadores sobre a cidade e assim promover uma formação cidadã também voltada para a vida urbana.

Com isso, tornou-se necessário lançar mão de algumas questões norteadoras que serão discutidas ao longo desse capítulo:

- A) Em que condição ou circunstância se dá sua inserção na cidade?
- B) Como esses sujeitos conhecem a cidade?
- C) Como a geografia através do ensino Pode lhes apresentar a cidade?

Acreditamos que essas questões são de extrema relevância para esse momento da pesquisa em que se apresenta a cidade não somente como produto e condição social, (CORRÊA, 1997), mas também como possibilidades de atuação e intervenção pelos sujeitos sociais.

3.1 DO IMPERIALISMO URBANO ÀS POTENCIALIDADES SOCIAIS: A CIDADE COMO FOCO DE ANÁLISE

Segundo Cavalcanti (2015), três categorias geográficas são relevantes para o estudo da cidade, considerando esta como um espaço socialmente construído, são elas: *paisagem, lugar e território*.

A paisagem constitui um elemento importante pelo fato de que configura a materialidade das ações que se estabelece no espaço e também no tempo, sendo assim o resultado cumulativo e desigual de tempos, (SANTOS, 1997). É o elemento capaz de mostrar com todo rigor analítico as contradições que se estabelece no espaço urbano, como também é reveladora dos processos socioespaciais imbuídos em cada uma delas, podemos dizer com isso que a análise crítica das paisagens urbanas nos permite compreender a cidade para além de sua aparência.

O lugar merece atenção especial na medida em que se apresenta como locus de engendramento das relações sociais específica do espaço vivido nas experiências cotidianas de cada sujeito, é, portanto o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais e políticas (LEITE, 1998).

O território por sua vez constitui os espaços de disputas pelos diferentes grupos e agentes que compõem a cidade, estabelecendo assim as relações de poder, seria então o território fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, (SOUZA, 1995).

Desse modo Cavalcanti (2015) nos esclarece,

A cidade é, portanto, um espaço bastante complexo, de produção social, o qual o cotidiano particular de pessoas e grupos é vivido pela mediação dos lugares e territórios instituídos nos processos mais amplos da produção social que vão configurando as paisagens (CAVALCANTI, 2015, p. 22).

Com relação ao primeiro questionamento, reafirmamos a ideia de que a cidade é um constructo social heterogêneo, o que nos permite pensar nas diferentes possibilidades em que pode se dá essa inserção social no cotidiano da cidade ou da vida urbana propriamente dita. Essa heterogeneidade configura as diferentes formas de apropriação e produção de espaço urbano, onde os espaços não somente se contrapõe como também são instrumentos de dominação e subordinação urbana.

Portanto, a inserção social na cidade em grande parte, já se dá de forma precária, marginalizada, em virtude do contexto social que cada sujeito ou grupo de pessoas esta inserido. Nestes termos, compreende-se que há por um lado apropriações da cidade por

grupos dominantes e, conseqüentemente há limitações para essa mesma apropriação para outros grupos urbanos, que em condições específicas ficam excluídos dos resultados dessa produção social (CAVALCANTI, 2015).

Isso se evidencia, por exemplo, quando se analisa o contexto em que se institui no Plano Diretor Municipal (PDM) a expansão da malha urbana de Marabá, onde se nota um considerável aumento na área que corresponde ao núcleo São Felix, estrategicamente incorporado à área de expansão urbana desta cidade. A esse respeito, Souza (2006) afirma que,

No âmbito do que igualmente pode ser chamado de liberalismo urbano, planos diretores de uso do solo cedem terreno a planos estratégicos e ao *city marketing*. Trata-se de um regime urbano claramente orientado para o crescimento econômico e para o atendimento dos interesses empresariais (SOUZA 2006, p. 129).

Ou seja, essa reformulação que ocorreu no plano diretor de Marabá (PA), e que vem ocorrendo nos últimos tempos não é condizente com uma política de planejamento urbano em que se vislumbra a melhoria da qualidade de vida, assegurando os direitos básicos e fundamentais a reprodução da vida social da coletividade, pelo contrário, o que se percebe é uma reformulação nas estruturas urbanas com fins de acomodar projetos do grande capital que cada vez mais se apropria da cidade.

O que se percebe no momento presente, é que cada vez mais a cidade deixa de cumprir sua função social, e assim vivenciamos uma espécie de “imperialismo urbano” (SOUZA, 2006), que tem por finalidade facilitar a acumulação privada de capital, onde a cidade se configura como um instrumento estratégico de dominação, subordinação e reprodução das estruturas produtivas capitalistas, (HARVEY, 2014).

O segundo questionamento nos permite pensar que a cidade é apresentada aos sujeitos de diferentes maneiras, e que há sempre uma intencionalidade na forma como ela é apresentada, favorecendo com isso a alienação resultante da superficialidade dos olhares sobre seus espaços, assim sendo na maioria das vezes ocorre que não se conhece a cidade como ela realmente é, e tão pouco o espaço urbano no seu vasto mundo de contrastes e rupturas.

Este fato, portanto, constitui um problema gravíssimo para comunidade constituinte do espaço urbano, é grave porque dá condição para que se perpetuem os antagonismos, a dominação, a segregação, a exclusão e marginalização sobre os povos urbanos, naturalizando tais problemas e escondendo a natureza devastadora dos mesmos, cria-

se assim uma sociedade constituída por sujeitos por vezes até insatisfeitos, mas historicamente acomodados.

A geografia escolar da qual professamos aqui, não admite que a cidade seja reduzida a mera mercadoria, subtraída e apropriada pelo capitalismo voraz. Rocha (2000) nos orienta no sentido de que as políticas educacionais não devem submeter o ensino público ao mero papel de formador de trabalhadores com o perfil desejado pelo mercado, é preciso uma atuação contundente para formação de sujeitos livres e pensantes que atuarão sobre o espaço.

Por essas questões, partilhamos da ideia de que o conhecimento sobre a cidade é de uma necessidade urgente no atual contexto, considerando seu caráter revelador e, por conseguinte libertador. Aqui reside a grande contribuição de um ensino escolar de geografia pautado nesses princípios, que discuta e produza conhecimentos sobre a cidade na sua totalidade, com seus diferentes arranjos socioespaciais.

Uma análise dos tempos pretéritos para se compreender o que se materializa no presente e assim dimensionar o que desenha para o futuro, (STRAFORINI, 2001). Cabe à geografia escolar essencialmente o papel de proporcionar aos alunos a construção de conhecimentos geográficos e conceituados sobre a cidade de forma a contestar a sua negação e assim propor possibilidades.

Cabe ao professor o papel de apresentar o mundo a ser conhecido pelos alunos na forma de conteúdos escolares num processo de mediação didática, (CAVALCANTI, 2015). Feito isso a intervenção social virá na medida em que esses sujeitos tiverem a plena consciência que, o que se desenha para o futuro não é compatível com suas necessidades ou suas demandas.

Essa questão evidencia o terceiro questionamento, onde a geografia escolar assume um papel de extrema importância no debate sobre a cidade através do dialogo entre professores e alunos e posteriormente, externando esse conhecimento a comunidade de modo geral.

Esse debate, portanto deve ser construído a partir do contexto escolar, ou seja, daquilo que é vivenciado pelo aluno no contexto do seu espaço cotidiano, como afirma Cavalcanti,

É bastante relevante o papel do professor na condução de todo o processo, incluindo a seleção, estruturação e abordagem dos conteúdos que ensina, porém, são centrais o aluno e seus processos mentais, que resultam na aprendizagem dos conteúdos. O aluno é sujeito ativo com histórias de vida, com conhecimentos anteriores, com desejos e necessidades que ocupam a sua cabeça, seu pensamento. É esse aluno com toda sua corporeidade, com suas práticas, com suas emoções e sua cognição que está presente no processo de conhecimento a ser desencadeado. (CAVALCANTI, 2015, p. 13).

Compreender a realidade significa pensar criticamente sobre ela, (STRAFORINI, 2001). Entende-se com isso que o conhecimento sobre a cidade, de como ela se produz, é condição para o entendimento das contradições urbanas que se concretizam em Marabá.

Conceitualmente a cidade é um espaço produzido socialmente para vida coletiva, (CAVALCANTI, 2015). A apropriação desse conhecimento certamente conduzirá a reais possibilidades de intervenção social e reafirmação da cidade com suas funções sociais, um instrumento potencializador da reprodução da vida no espaço urbano a partir de suas estruturas.

O urbano que testemunhamos hoje é, sobretudo, o resultado de um processo histórico de urbanização impulsionado pelas forças produtivas hegemônicas como afirma Limonad (1999, p. 82) em sua obra, *Reflexões Sobre o Espaço, O Urbano e a Urbanização*,

A urbanização seria uma forma de estruturação do território, onde o peso dos lugares varia historicamente em função das condicionantes e processos sociais, econômicos e políticos, e por vezes culturais que tomam corpo. E a rede urbana seria a expressão cristalizada de diferentes estruturações do espaço em diferentes tempos históricos (LIMONAD, 1999, p. 82).

Por esse motivo, acredita-se que a reinvenção urbana da qual as cidades necessitam para que se desenvolvam livremente as práticas sociais, depende inevitavelmente do exercício coletivo das sociedades sobre o processo de urbanização (HARVEY, 2013).

Diante dessa reflexão, apostamos que a escola representa o espaço de maior relevância para que se estabeleça esse debate, envolvendo não só seus alunos mais a comunidade escolar de modo geral, tendo em vista que a escola representa um espaço educativo por excelência, que tem a capacidade de reunir a pluralidade de pessoas e grupos sociais que atuam em diferentes seguimentos da sociedade.

3.2 O PAPEL DA GEOGRAFIA ESCOLAR NO ATUAL CONTEXTO EM QUE SE VISLUMBRA O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO

Acredita-se que o aluno ao desenvolver a capacidade de leitura crítica de modo a compreender o espaço que o circunda poderá atuar estrategicamente sobre ele, (CALLAI, 2001). Assim sendo,

A compreensão desses aspectos e elementos do conceito de cidade, pela geografia escolar, pode significar uma alteração nas próprias relações dos alunos com ela, que pode ir além de seus grupos, dos particulares e mais imediatos motivos, para um projeto de cidade que inclua diferentes grupos e seguimentos da sociedade. Ou seja, a compreensão da cidade como uma produção social pode servir a definição de projetos que pressuponham sua inserção afetiva na vida urbana, na vida coletiva, na vida da cidade, como

cidadão em pleno exercício de seus direitos e deveres (CAVALCANTI, 2015, p. 23).

Cavalcanti (2015) Também salienta que as possibilidades de exercício consciente, crítico, pleno e ativo da cidadania estão ligados à compreensão das lógicas que se entrecruzam na construção dos espaços urbanos, entende-se com isso que a educação geográfica para a vida urbana considera o cidadão como sujeito ativo da política urbana, uma vez que esse sujeito se faz cidadão através da sua inserção ativa na vida, e também na gestão da cidade.

A prática da cidadania, sobretudo no momento presente requer uma consciência espacial, (CAVALCANTI, 2008), nestes termos CALLAI (2001), nos assegura que o ponto de partida para formação cidadã, é o estabelecimento das condições e instrumentos necessários para a compreensão da totalidade do espaço que se está inserido em todas as suas dimensões, sociais, espaciais e territoriais, que resultam do conjunto indissociável e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, fragmentados e articulados entre si, (SANTOS, 2013).

Vale resaltar, que não estamos nos referindo a estas condições como um mecanismo que está pronto, do qual o professor deve se apropriar no ato de ensinar, pelo contrario, tais condições devem ser construídas através do dialogo, em consonância com a comunidade escolar, a partir de ideias e princípios norteadores do ideal a ser alcançado.

A geografia assume um papel fundamental na escola nesse momento em que se testemunha a globalização, (STRAFORINI, 2001), sendo ela a única disciplina escolar que possibilita aos alunos um conhecimento integrado do mundo acompanhando o movimento da sociedade. Callai (2001) acrescenta ainda que o objetivo maior de se ensinar geografia é fornecer ao aluno as condições para que seja realmente construída a sua cidadania.

Partindo desse principio a geografia caracteriza-se como um instrumento de transformação, (STRAFORINI, 2001). Essa geografia não vê o aluno como mero receptor da somatória do conteúdo programático para sua faixa etária ou seu currículo, mais para além disso, busca munir esses alunos de conhecimentos que lhes permitam agir lucidamente ao tratar das questões que tem a ver com a ocupação e gestão de seu espaço em diferentes escalas.

A experiência de um debate em que se discute o espaço vivido e ao mesmo tempo se produz conhecimento sobre ele a partir da troca mutua de experiências cotidianas, é certamente o ponto chave para o estabelecimento das condições necessárias a intervenção, visto que o aluno se vê nas falas de seus colegas, e por vezes compartilham das mesmas inquietações e assim vislumbram um mundo de possibilidades.

Essas possibilidades caracteriza o conteúdo mais precioso resultante desse debate, e por essa razão deve ser exploradas pelo professor de modo consciente, instigando não somente a reflexão mais também as possíveis formas de atuação, mostrando-lhes os caminhos e mecanismos legais para que seja feita essa atuação.

3.3 OS MEIOS LEGAIS DE INTERVENÇÃO SOCIAL E A CIDADE COMO CONTEÚDO GEOGRÁFICO

O *Plano Diretor Municipal* constitui um elemento de grande relevância, que deve ser inserido no debate escolar, na medida em que através dele se tem noção das políticas públicas que se desenharam para o município, para a cidade, para o bairro, sendo este último o ponto inicial da discussão sobre a cidade, uma vez que representa o cotidiano do aluno, é o espaço no qual se desenvolve as suas relações, é a partir desse espaço específico do sujeito que ele mesmo projeta cenários futuros.

Diante desse conhecimento, é que se pode cobrar a efetivação das políticas públicas postas no plano e que por algum motivo não se efetivaram, bem como, o conhecimento prévio do que se planeja para determinadas áreas da cidade pode mobilizar a comunidade para intervir, uma vez que esta se apresenta como prejudicial à vida das pessoas que ali habitam.

É necessário que haja essa tomada de consciência de que é importante, e mais do que isso, torna-se necessário cada vez mais participar das discussões sobre o plano diretor municipal sempre que ocorrer, exigir das autoridades competentes que haja a divulgação para que a comunidade se interesse do que está acontecendo para então se organizar e estabelecer suas pautas de discussão.

Os alunos são chamados a participar do debate sobre a cidade apresentando suas demandas, considerando que eles constituem um grupo específico de sujeitos que também participam da vida urbana (CAVALCANTI, 2015). São estes, os jovens urbanos, consumindo a cidade a partir do estabelecimento das mais diversas relações em seus diferentes espaços, e inevitavelmente criam demandas por espaços próprios que lhes permitam o desenvolvimento das atividades específicas de sua singularidade social, que, por conseguinte desencadeia uma pluralidade de práticas sociais oriundas da forma diferenciada de usos da cidade.

A participação popular é tão interessante quanto necessária para que as políticas públicas se efetivem de fato, para melhor atender a demanda da comunidade, respeitando seus

direitos, seus costumes e modos de vida e principalmente o direito de uso da cidade. Por essa razão, acreditamos que a mobilização popular é a mais forte e poderosa arma dos povos oprimidos da cidade (HARVEY, 2014), historicamente negligenciados por esse modelo crescente de urbanização autoritária em curso na Amazônia.

O *Estatuto da Cidade* que por sua vez também é um instrumento jurídico é outro importante mecanismo legal a ser apresentado ao aluno na forma de conteúdo geográfico, de maneira que possibilite a intervenção social na construção do direito à cidade, a partir do conhecimento do que preconiza a constituição federal nas políticas de habitação, de mobilidade urbana, de saneamento básico, bem como, de outras questões relevantes ao espaço urbano e ao processo de urbanização.

Cabe ao estatuto, portanto assegurar o direito à cidade a fim de garantir um desenvolvimento urbano capaz de reduzir as desigualdades sociais, o antagonismo dos espaços que se contrapõe e se desenvolve a partir da relação contraditória de dominação e subordinação de uma lógica sobre a outra, e por consequência, promover a justiça social com a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Dado estes termos, compreende-se que a cidade é ela mesma o conteúdo geográfico sobre o qual se desenvolve a análise dos processos secundários oriundos da urbanização, como por exemplo, a segregação, a exclusão e a própria negação da cidade, que é o resultado mais pungente da forma desigual e contraditória de apropriação e produção de espaço no momento presente.

A cidade também circunscreve um espaço educativo, promovendo o choque entre realidades distintas que se entrecruzam no cotidiano do espaço vivido de cada sujeito, através dos diferentes usos dos espaços urbanos, das diferentes formas e funções da cidade.

Com base nesse referencial analítico, aponta-se que nesse momento mais do que em qualquer outro de nossa história, a geografia deve incorporar esse caráter crítico de disciplina escolar, que faz ciência, que problematiza que produz e compartilha conhecimento, de modo a construir uma formação para vida.

São esses os pressupostos que nortearão um ensino escolar com possibilidades reais de transformação social, onde o cidadão seja mais importante que o consumidor e a cidade um espaço legitimamente para as pessoas e não para o capital.

4. CAPÍTULO III: O ESTUDO DO MEIO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

A geografia escolar do momento presente exige cada vez mais dos professores com relação às suas práticas educativas, haja vista que fazemos parte de uma sociedade em constante movimento e atuamos sobre um espaço em constante transformação. Um espaço que se transforma se reconfigura e se reorganiza através da heterogeneidade das relações sociais que nele se materializam.

Diante dessa avaliação, compactuamos com a ideia de que a escola precisa se reorganizar para dar conta dessa nova demanda que não é somente de conteúdos escolares, mas de conhecimentos abrangentes como parte integrante do cotidiano de seus alunos em diferentes contextos e escalas. Torna-se necessário uma nova postura, é preciso que criemos novas formas de produção e abordagem dos conhecimentos e conteúdos geográficos.

Com base nesse viés, tencionamos apresentar nesta seção que agora se inicia o *Estudo do Meio* como uma importante e rica ferramenta para análise e compreensão do mundo que esta em nossa volta, e assim desmistificar o espaço em que o aluno está inserido, de maneira que o aluno faça por si próprio a redescoberta do seu espaço através de um novo olhar. Um olhar crítico e investigativo sobre a aparente naturalidade do viver social (LOPES e PONTUSCHKA, 2009).

Analisar criticamente a cidade é uma tarefa que requer um olhar profundo tanto dos seus espaços como também das relações ali estabelecidas, portanto a ideia de utilizar a metodologia do estudo do meio no ensino de geografia nos coloca diante de uma situação interessante que é a redescoberta da cidade a partir de outra ótica. Criam-se assim as condições para o engajamento social na cidade, na construção e gerenciamento dos espaços urbanos, sendo este um marco decisivo na construção do direito a cidade.

Entende-se aqui como *Estudo do Meio*, uma metodologia de ensino que visa proporcionar aos alunos e professores o contato direto com uma dada realidade, assim sendo essa atividade se concretiza pela imersão orientada na complexidade de um determinado espaço geográfico (LOPES e PONTUSCHKA, 2009).

Em relação à cidade de uma forma geral é evidente que os alunos já vivenciam esse contato, ou pelo menos com parte dela, no entanto o que se busca a partir dessa atividade é uma nova interpretação daquilo que se processa como natural no cotidiano dessas pessoas.

Nestes termos Lopes e Pontuschka (2009, p. 174) nos orientam no sentido de que,

É importante considerar que esta prática pedagógica encontra plena expressão no interior de uma teoria curricular aberta na qual o trabalho educativo das escolas não seja regulado, externamente, por um sistema de

avaliação homogeneizadora e homogeneizante. Distanciando-se, desta forma, de uma concepção de educação tecnicista, baseada na racionalidade técnica, onde os “produtos do ensino” são definidos *a priori*, ou seja, exteriormente aos interesses de seus beneficiários (LOPES e PONTUSCHKA, 2009, p. 174).

Recorremos a esse pensamento para enfatizar a ideia de que estamos nos referindo a um método de ensino que preconiza a autonomia do professor e das escolas no processo de construção do conhecimento, bem como no debate de ideias com a comunidade escolar.

É preciso considerar, no entanto, que não se trata de uma técnica de ensino à parte da vida escolar, pelo contrário, constitui-se como parte integrante do processo educativo do qual a escola se propõe a realizar.

É verdade também segundo Lopes e Pontuschka (2009, p. 178) que o uso sem critério do termo *Estudo do Meio* impede, em diversas situações, o aprofundamento teórico desta prática pedagógica que, reduzida a uma visita, a um passeio, a uma aula de campo, perde grande parte do seu valor formativo e educativo. Com essas palavras os referidos autores evidenciam o rigor requerido na aplicação dessa metodologia de ensino para que assim sejam atingidos os seus objetivos.

Nos estudos do meio, um dos principais desafios do professor e seus alunos, consiste em desenvolver a capacidade de leitura das paisagens, e assim estabelecer um diálogo com as mesmas, identificar as relações entre as paisagens e destas com os modos de vida da comunidade ali presente, identificar as singularidades, bem como as contradições contidas no espaço através da paisagem.

Uma análise profunda da paisagem certamente será reveladora dos problemas contidos no espaço, como também poderá fornecer elementos para examinar e compreender a natureza dos processos dos quais tais problemas originaram.

O *Estudo do Meio* tem caráter revelador das práticas sociais estabelecidas em um determinado ambiente, ao passo que coloca o sujeito pesquisador em contato direto com o seu objeto de pesquisa, por esse motivo, somamos esforços no sentido de defender sua aplicação cada vez mais presente no ensino de geografia em um processo consciente de produção e partilha de saberes.

Torna-se assim, uma atividade crucial e indispensável para a escola formadora, no momento em que testemunhamos a atrofia da cidadania, desencadeando assim, a mutilação dos direitos civis e políticos do indivíduo (SANTOS 1993). Entende-se com isso que é preciso romper com essa tendência de homogeneização dos espaços da vida, que tudo transforma em mercadoria.

A partir destes primeiros apontamentos mais gerais sobre o *Estudo do Meio* na formação de sujeitos conscientes do seu papel como cidadão, dentro e também fora do ambiente escolar, direcionamos nossa atenção para um momento mais específico, que trata da aplicação dessa metodologia de pesquisa e ensino em suas diferentes etapas.

4.1 ESTUDOS DO MEIO: DO DISCURSO À APLICAÇÃO

Como já foi mencionado anteriormente o Estudo do Meio compõe uma importante ferramenta para prática de ensino aprendizagem na geografia escolar, no entanto é conveniente que se esclareça também que se trata de uma técnica de ensino e pesquisa que se concretiza através de vários momentos interligados, como se pretende mostrar em sequencia.

4.1.1 DO AMBIENTE ESCOLAR

- Debate em sala de aula sobre o tema;
- Escolha do lugar em que se desenvolverá a atividade junto aos alunos;

Esse momento circunscreve a primeira abordagem da metodologia em sala de aula, onde o professor deverá abordar o tema estudo do meio com seus alunos atentando-se para as principais habilidades que se espera que os mesmos desenvolvam. Posteriormente deve ser feito a escolha do lugar em que se desenvolverá a atividade em comum acordo com os alunos.

Considerando o princípio da democracia e de uma educação para liberdade dos sujeitos sociais é imprescindível a opinião dos alunos quanto a escolha da área.

4.1.2 DO PLANEJAMENTO

- Elaboração do roteiro;
- Elaboração do caderno de Campo;
- Estabelecer os principais objetivos da atividade;
- Abordar as principais características da área em estudo;

O planejamento corporifica todo regimento da atividade e vai muito além de uma mera descrição do que se pretende materializar, mais é também referência para o bom desenvolvimento de todos os momentos que compõe a atividade, levando em conta o sequencial cronológico de cada momento ou etapa.

Segundo Lopes e Pontuschka (2009) são a partir de problemas comuns a professores e alunos e, mais amplamente, pelo exame do contexto no qual uma determinada comunidade está inserida, que os objetivos deste trabalho pedagógico devem ser formulados.

4.1.3 DA ATIVIDADE DE CAMPO

- Observação da paisagem;
- Coleta de dados;
- Registros fotográficos;
- Contato com os sujeitos sociais através de diálogos ou entrevistas;
- Compartilhamento das impressões em campo;

A atividade de campo é o momento da imersão à realidade previamente selecionada, momento de desvelar as suas características mais profundas, relacionando-as a outros espaços.

É também o momento de subtrair do ambiente o Máximo de informações possíveis através dos vários processos já discriminados como fotografias, entrevistas, coleta de dados, entre outros.

A análise pode ser sistematizada por meio de alguns elementos, como: plano urbano, a densidade de população, as habitações e os imóveis de uso comercial, o equipamento de serviços, as características demográficas e étnicas e as características socioprofissionais (CAVALCANTI, 2008, p. 65).

Todos esses elementos estão contidos na paisagem, expressando a necessidade de um olhar cada vez mais profundo, crítico e investigativo sobre ela, para compreensão do urbano enquanto modo de vida, e também para o estudo da estrutura interna da cidade, mediante as transformações decorrentes das alterações na dinâmica econômica e social vinculada aos processos de produção circulação e consumo (FRESCA, 2010, p. 121).

4.1.4 INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO / RETORNO À SALA DE AULA

- Debate em grupo
- Produção de maquetes
- Exposição fotográfica
- Seminários

No retorno a sala de aula é que serão pensados os instrumentos de avaliação da atividade, devendo ser estrategicamente não apenas um instrumento de avaliação, como também um recurso didático para a escola com base nas pesquisas, documentários, entrevistas, registros fotográficos e tudo mais que possa ser acrescentado em consonância com o contexto, o ambiente e os objetivos da atividade.

A produção de materiais como maquetes, seminários, exposição fotográfica é o resultado de todos os esforços da pesquisa e materializa as inquietações dos alunos e também da comunidade em relação ao ambiente pesquisado.

É o momento de chamar a comunidade escolar para o debate e analisar o espaço como ele realmente é, suas limitações, suas problemáticas, suas principais demandas. Também é o momento de se pensar o gerenciamento desse espaço do ponto de vista de seu ordenamento junto à comunidade para melhoria das condições de vida.

Na perspectiva de construção de direito à cidade é de fundamental importância que se conheça o espaço de vivência da comunidade, interagir com as pessoas num processo cumulativo e troca mútua de experiências. Para tal feito apostamos em uma geografia que desenvolva e que exercite na escola seu potencial de articulação, movimentação e disseminação de ideias junto à comunidade.

Assim se espera a retomada dos espaços urbanos hoje apropriados pelas forças hegemônicas do capital, e tornar a cidade acessível enquanto valor de uso a todos os povos urbanos em detrimento do valor de troca do qual a cidade é refém, transformando-a em mercadoria selecionando e fatiando seus espaços para os que detêm poder de compra.

4.2 TRABALHANDO O RECURSO METODOLÓGICO ESTUDO DO MEIO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO WALKISE DA SILVEIRA VIANA

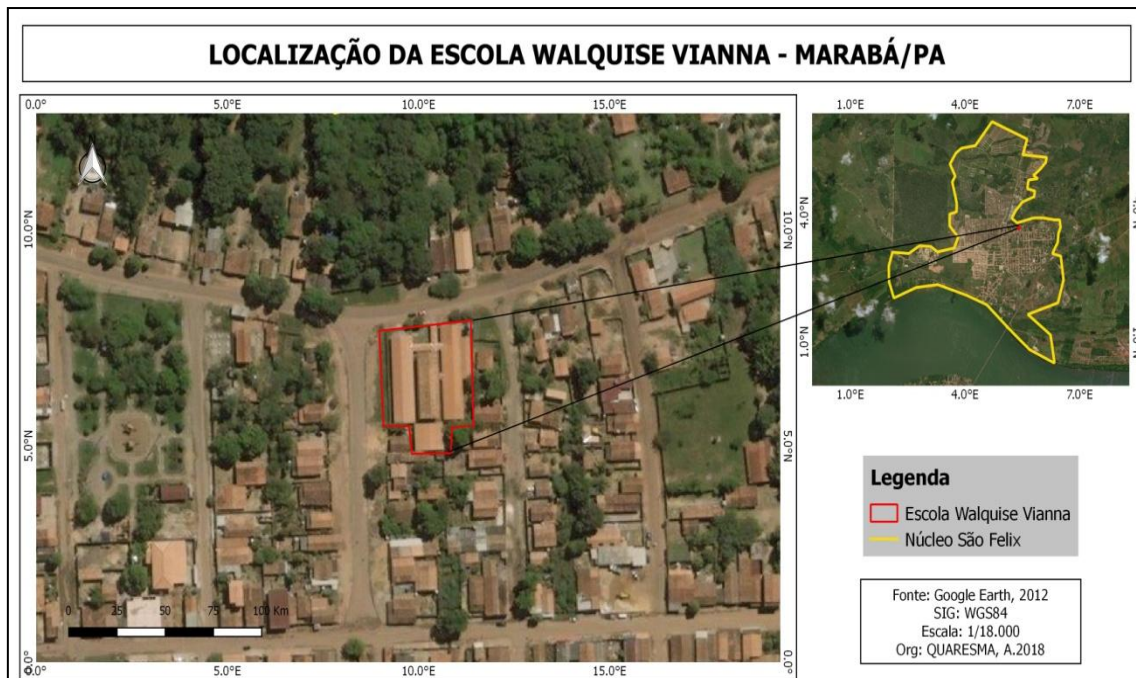
A escola Walkise Viana tornou-se importante pelas experiências de pesquisa e práticas docentes através do engajamento no Programa Institucional de Bolsa e Iniciação a Docência (PIBID), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Com isso ao longo do transcurso desse projeto em parceria com a escola, somamos experiências, incluindo palestras, seminários, atividades de campo, debates, exposição fotográfica, e, sobretudo leituras como aporte teórico relacionado às práticas de uso e direito à cidade a partir de diferentes enfoques.

Todo esse histórico de engajamento através da geografia escolar nas discussões inerente às formas de uso dos espaços urbanos, do crescente processo de expansão urbana em curso em Marabá (PA) e suas implicações na vida das pessoas, em particular o caso do núcleo São Felix, foi crucial para o desenvolvimento dessa pesquisa. Assim sendo, tivemos a oportunidade de retomar essa discussão junto à escola, resgatando memórias e criando novas possibilidades de ensaios para o ensino de geografia.

A presente escola encontra-se localizada na Rua José Albino, Vicinal Espírito Santo, na Esquina Conjunto A, Avenida Tiradentes, CEP: 68513-591 Bairro: São Felix II, núcleo urbano São Felix como mostra a imagem a seguir.

Figura 4 - Localização da Escola Walkise Viana da Silveira



Fonte: QUARESMA (2018).

Organização: CALDAS (2018).

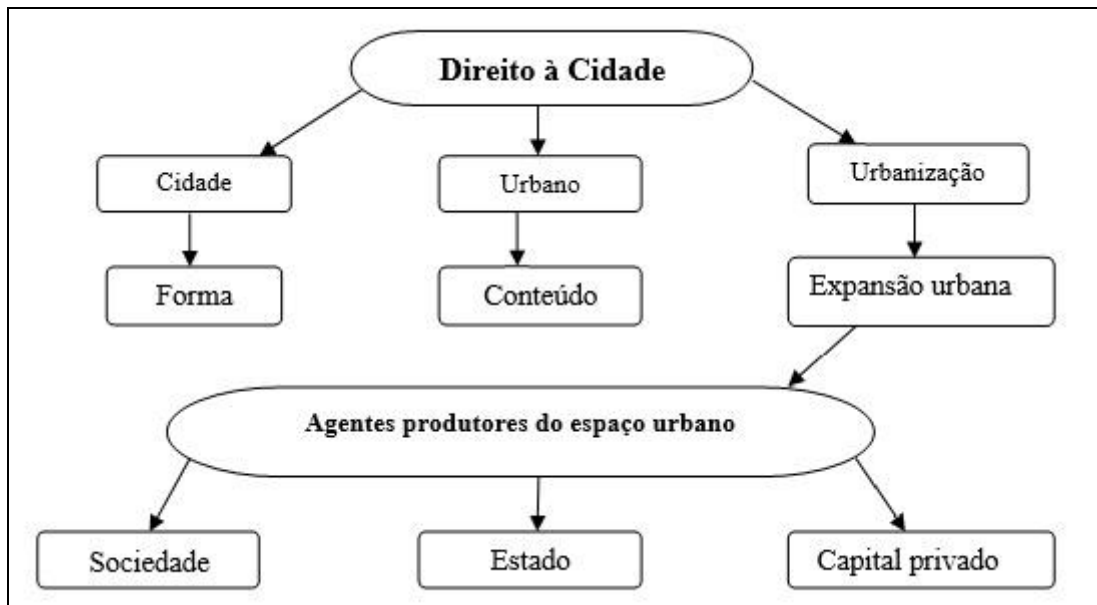
O presente trabalho faz parte da somatória de estudos realizados junto à turma de Ensino Médio 1º ano 02 da escola Walkise Viana. Desse modo foram desenvolvidas algumas atividades que passaremos e descrever em sequência.

4.2.1 DISCUSSÃO TEÓRICA EM SALA DE AULA

A primeira discussão com a turma se deu na manhã do dia 08/02/ 2018 (oito de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito), onde procedemos com uma abordagem teórica a respeito do tema *Direito a Cidade* fazendo uma discussão a partir dos conteúdos geográficos *Cidade, Urbano e urbanização*.

Nesse primeiro momento, tratamos de identificar quem são os principais agentes que produzem o espaço urbano de Marabá (PA), quem são os agentes que ocupam e modificam a estrutura interna da cidade, de que maneira o se dá a nossa inserção na cidade e como a sociedade, sobretudo do núcleo São Felix usa e participa dessa cidade.

Figura 5 - Esquema da aula teórica



Fonte: CALDAS (2018).

O esquema em destaque foi primordial para o desenvolvimento da aula, haja vista que por meio dele, tornou-se possível analisar os espaços da cidade nas suas formas e funções e assim estabelecer uma relação direta com a função que a cidade assume no contexto social urbano.

Foi possível compreender através da aula, quais são e como os conteúdos urbanos dão vida à cidade, sendo este o resultado do movimento das pessoas nas suas práticas de uso dos espaços urbanos.

Assim, houve entendimento que o processo de expansão urbana resulta da ação dos agentes que produzem e modificam o espaço, tais como; o Estado, a sociedade e o capital

privado, com diferentes formas de atuação, Com isso, o desenvolvimento da aula se deu no sentido de mostrar a esses alunos que eles também são parte integrante do contexto social, portanto, um agente de produção de espaço, podendo assim atuar de forma positiva na transformação dos espaços próprios do seu contexto social como a escola, o bairro ou mesmo a cidade.

4.2.2 ESCOLHA DA ÁREA DE ESTUDO

Na manhã do dia 09/02/2018 (nove de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito), ocorreu nosso segundo encontro, no qual tivemos a oportunidade de aprofundar a discussão sobre as questões já mencionadas, dando ênfase no direito a cidade.

Feito isso, abordamos a ideia de trabalhar o *Estudo do Meio* como recurso para análise profunda da realidade do espaço vivido. Considerando que proposta foi aceita por todos os alunos, tratamos de selecionar a área de estudo para que pudéssemos desenvolver a metodologia em questão.

Considerando ainda a questão da logística quanto ao deslocamento para realização da pesquisa bem como o horário disponível para que os alunos pudessem participar da atividade de campo, concordamos em analisar a área aos arredores da escola que permite uma boa discussão quanto aos equipamentos de infraestrutura urbana, as formas de ocupação, as diferentes territorialidades contidas nos espaços através dos modos de vida e do uso do solo.

Uma vez delimitada a área de aplicação do nosso Estudo do Meio, partimos para o planejamento do trabalho, analisando o horário em que seria desenvolvido o estudo, que publico provavelmente encontraríamos durante o trajeto, os principais objetivos da pesquisa e os instrumentos ou recursos que poderíamos utilizar para melhor aproveitamento da atividade.

Desse modo acordamos que poderiam ser utilizados tais recursos como maquinas fotográficas, mapas, pranchetas, caneta, lápis e ainda textos de apoio caso necessário sendo este indicado pelo professor.

4.2.4 DA ATIVIDADE DE CAMPO

No dia 15/02/2018 (quinze de Fevereiro do ano de 2018), ocorreu à realização de nossa atividade campo, compondo mais uma etapa de grande relevância para a atividade de *Estudo do Meio* em curso junto à turma.

Na ocasião, fizemos o percurso representado no mapa mental, “figura7” munidos de alguns instrumentos para coleta de dados, tais como; caneta, lápis, papel, prancheta, celulares para registro fotográfico além de um olhar crítico e investigativo sobre a paisagem.

Ao analisar o espaço através da paisagem, tornou-se possível dialogar sobre as diferentes formas de uso do solo, identificando os tipos de territorialidades contidas no espaço e suas respectivas funções no contexto social daquela comunidade.

O dialogo também se deu a partir de um resgate histórico, analisando as mudanças contidas no espaço através do tempo e dos processos oriundos da ação antropica.

Ao longo do percurso, fizemos algumas paradas para debates, colocações como havíamos planejados, e em outros momentos os alunos ficaram livres para fazer seus registros, anotações e demais coletas de dados para o enriquecimento da pesquisa.

As imagens seguintes são registros fotográficos feitos pelos alunos a partir da análise da área em estudo, percebe-se com isso, que esses registros não ilustram somente a deficiência estrutural urbana do núcleo São Felix, mas também é um indicativo da inquietação despertada nos alunos.

Figura 6 - Imagens tiradas em campo



Foto 1: Lotérica



Foto 2: Rua sem asfalto



Foto 3: Posto de Saúde



Foto 4: BR 222



Foto 5: Praça



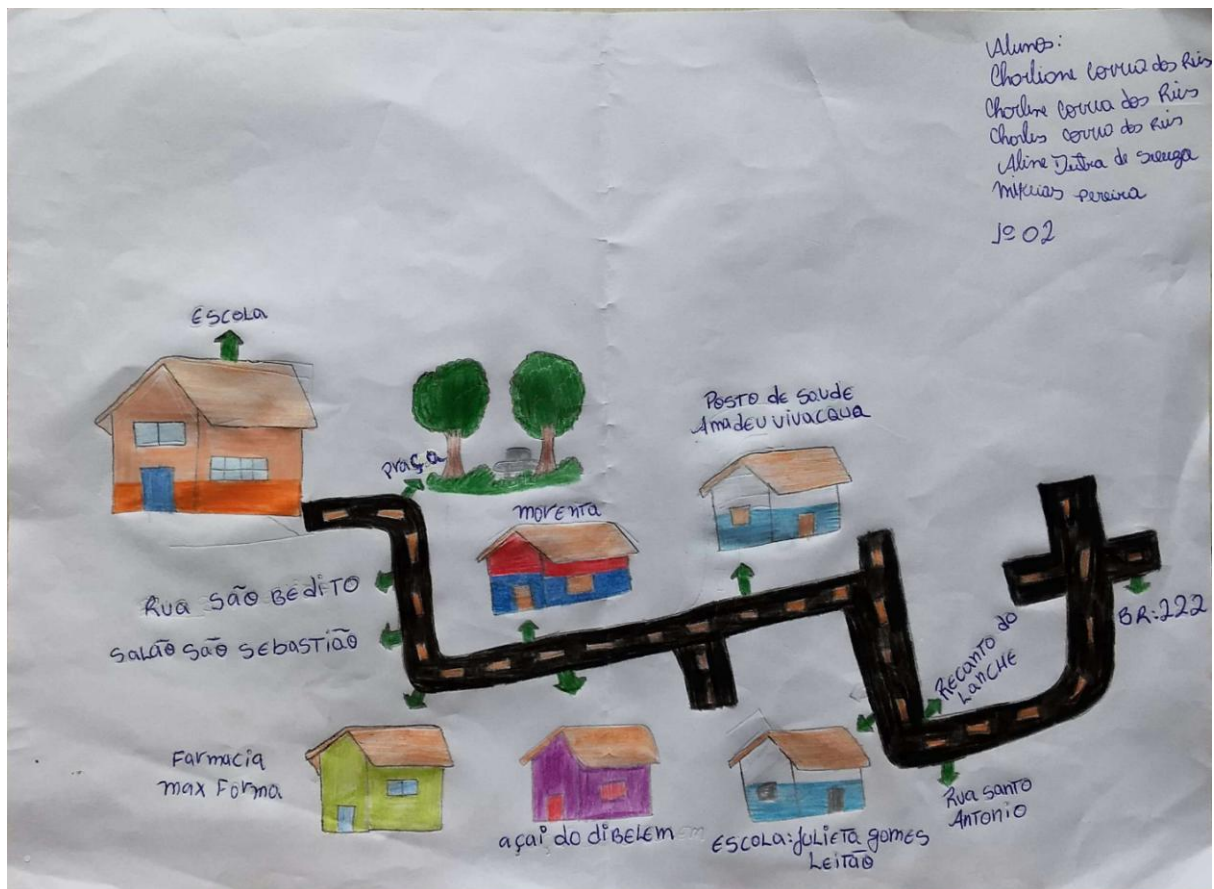
Foto 6: Ponto de ônibus

Fonte: Turma 1º ano 02

4.2.3 MAPA MENTAL DO TRAJETO

Como estratégia para potencializar tanto o engajamento dos alunos como também a reflexão a cerca da área em estudo, sugerimos aos mesmos que fizessem mapas mentais, para melhor discussão a respeito do ambiente, relacionando a percepção que esses alunos tinham da área representada nos mapas mentais e as características do direito a cidade que pretendíamos abordar.

Figura 7 - Mapa mental



Fonte: Turma 1º ano 02

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados dessa análise sistemática do espaço surgiram a partir de diferentes leituras e interpretações da paisagem, revertido na forma de apresentações em sala de aula, onde os próprios alunos protagonizaram diferentes cenários, tecendo debates críticos e instrumentalizadores sobre a problemática que permeia a questão do direito à cidade no São Felix.

Com isso, as discussões através das apresentações ganhou mais amplitude, gerando debates a partir de diferentes enfoques, intrinsecamente ligados às questões relacionadas às práticas de acesso e uso coletivo que configuram as bases materiais para o direito à cidade, tais como, habitação, saúde, educação, questões ambientais, segurança pública e mobilidade urbana que foram temas muito presentes no debate dando ênfase para mobilidade urbana que foi abordado por todos os grupos como grande diferencial nas condições de acesso e uso da cidade no caso São Felix.

Assim foi possível um estudo aprofundado da realidade em que os alunos estão inseridos revelando as singularidades próprias desse espaço. Singularidades estas que não conheceríamos de outra maneira, se não através dos relatos de experiência dos próprios alunos.

4.3.1 TRABALHOS PROTAGONIZADOS PELOS ALUNOS A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO DO MEIO

Algo interessante a se resaltar nesse trabalho é que a atividade de campo que realizamos não contemplou a realidade do espaço vivido por todos os alunos da sala, haja vista que o estudo foi realizado nas proximidades da escola como já foi citado anteriormente e na sala em questão existe vários alunos de outros pontos do núcleo São Felix.

Este fato nos chamou atenção na medida em que os próprios alunos sentiram a necessidade também de examinar o espaço do seu cotidiano, ou seja, o seu lugar, a partir da premissa que já havíamos estabelecidos como parâmetro de análise crítica, o direito à cidade.

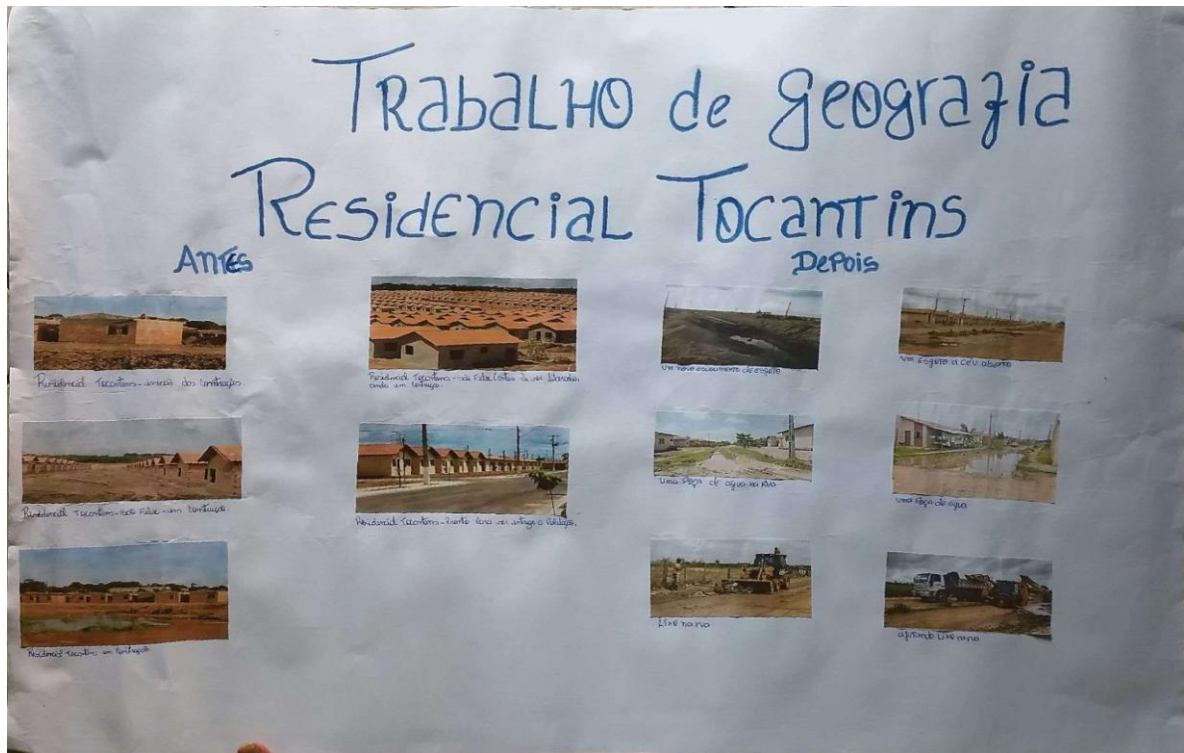
Desse modo, os alunos divididos em grupos tornaram-se agentes autônomos no processo de pesquisa e construção de conhecimentos de espaços específicos do núcleo São Felix, fato que nos deu elementos para melhor compreender a configuração urbana deste núcleo da cidade.

Nestes termos, os alunos fizeram pesquisas e elaboraram estudos sobre seus respectivos espaços, ou seja, os espaços mais significativos no seu contexto social, por meio da observação e interpretação das paisagens contidas nesses espaços, bem como, através de relatos de moradores através de diálogos livres e entrevistas.

4.3.2 TRABALHO SOBRE O RESIDENCIAL TOCANTINS

Neste trabalho a equipe fez uma apresentação em papel cartolina com fotografias legendadas sobre as características do Residencial Tocantins, que é o lugar onde moram, colocando suas interpretações das imagens relacionando o direito à cidade.

Figura 8 - Residencial Tocantins



Fonte: Turma 1º ano 02

A Exposição objetivou mostrar as transformações ocorridas no espaço a partir de diferentes etapas do processo de ocupação desse Residencial desde sua formação com a construção das casas até o momento presente.

Com isso, teceram críticas analisando o projeto original do Residencial Tocantins e o que de fato foi entregue a população, onde foi mostrado que o conjunto habitacional em questão apresenta grandes falhas nas suas estruturas, contribuindo para a deterioração das residências por falta de estruturas e também pela falta de assistência do poder público municipal.

Segundo a equipe o Residencial Tocantins tem um total de 1090 habitações, sendo todas ocupadas a princípio, porém hoje esse cenário é diferente em virtude do abandono das casas por muitas famílias em decorrência das dificuldades estruturais desse conjunto habitacional como problemas de rachaduras nas casas, esgoto a céu aberto por conta do

rompimento das tubulações, falta de água potável para o consumo, segurança e ainda se acrescenta as dificuldades de mobilidade desses moradores para o desenvolvimento de suas atividades diárias de trabalho, estudos entre outras, haja vista que a grande maioria desses moradores é remanescente de outros núcleos urbanos da cidade.

4.3.3 TRABALHO SOBRE O SÃO FELIX PIONEIRO

Neste trabalho os alunos tiveram a preocupação de apresentar o São Felix Pioneiro, discutindo suas condições estruturais e a forma como vivem as pessoas residentes dessa área do núcleo São Felix.

Figura 9 - Trabalho dos alunos sobre o São Felix Pioneiro



Foto 1: Escola abandonada



Foto 2: Quadra de esportes



Foto 3: Posto de Saúde



Foto 4: Rampa São Felix



Foto 5: Praça



Foto 6: Parada de Ônibus

Fonte: Turma 1º ano 02

Os alunos trabalharam com exposição de fotografias de diferentes pontos do São Felix Pioneiro retratando desde seu histórico de formação até os dias atuais, uma vez que este bairro representa o começo da história do núcleo São Felix.

Fizeram também entrevistas com moradores antigos para melhor retratar as transformações ocorridas no espaço através das de diferentes temporalidades.

Através das imagens discutiram também sobre os equipamentos urbanos como escolas, posto de saúde, praças e outros como mostra a figura supracitada, entendendo esses equipamentos e suas condições estruturais como parâmetro para discutir a questão do direito à cidade.

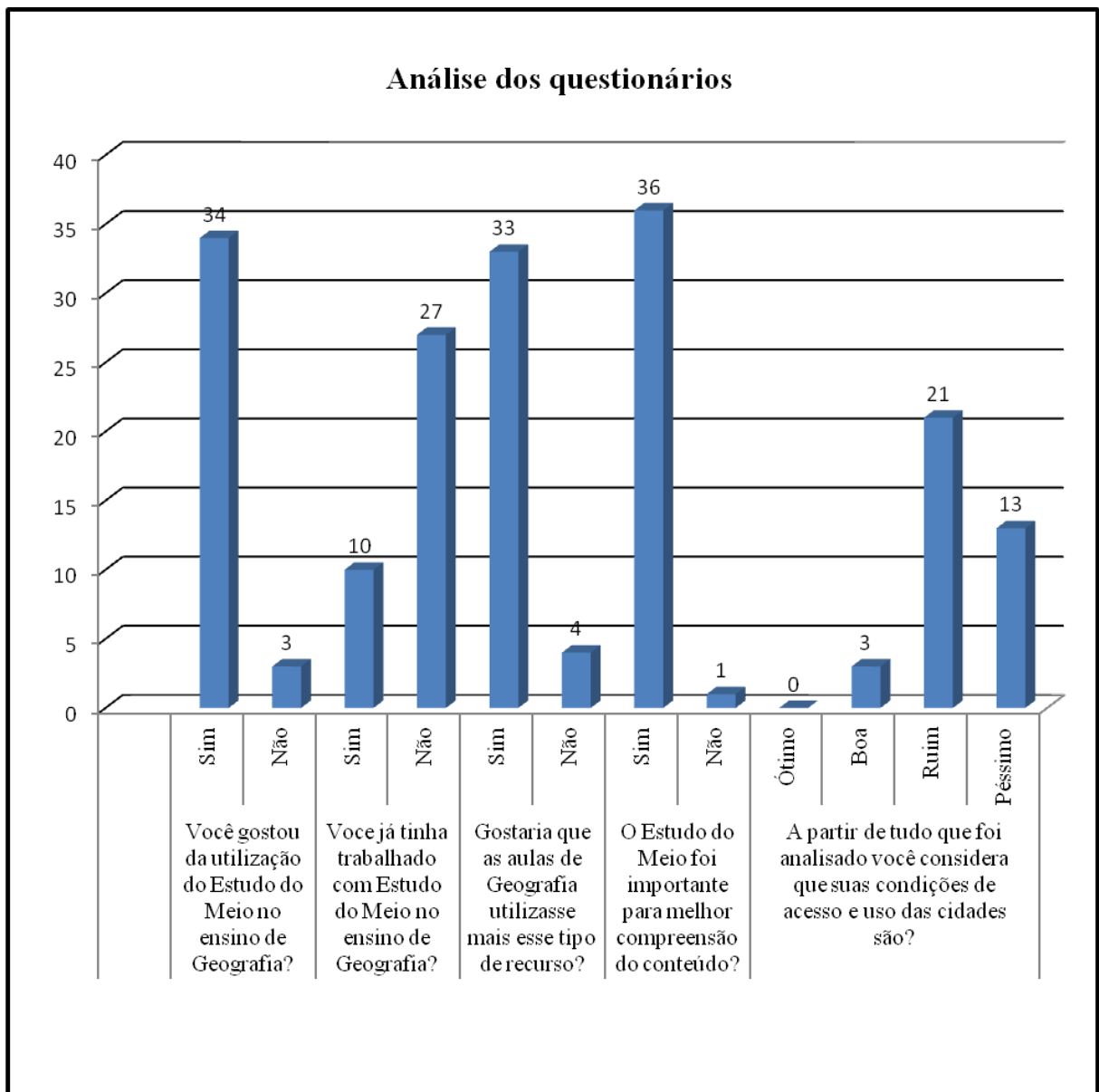
Diante das apresentações foi possível perceber que são poucos serviços prestados a população bem como ficou claro que os poucos equipamentos públicos desse bairro histórico encontra-se sucateados e com isso não conseguem atender a população.

A partir dos trabalhos apresentados e das discussões construtivas que se estabeleceu a partir deles aponta-se que os alunos de fato compreenderam os princípios e características do direito a cidade trabalhadas nas aulas, como também demonstraram grande interesse em produzir se apropriar-se de conhecimentos que lhes permitam novas possibilidades de atuação no contexto social em que estão inseridos.

5. ANÁLISES DA APLICAÇÃO DO RECURSO METODOLÓGICO ESTUDO DO MEIO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

O gráfico a seguir contém dados referentes à aplicação de questionários para análise do recurso metodológico Estudo do Meio com os alunos da turma 1º ano 02 da Escola Walkise da Silveira Viana.

Gráfico 1 - Análise dos questionários



Dessa forma foi aplicado um total de 37 questionários contendo 5 perguntas que objetivou mostrar se os alunos acharam interessante essa metodologia aplicada ao ensino de geografia e como ou de que forma o Estudo do Meio influenciou na compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Na primeira pergunta que pretendia analisar se os alunos gostaram ou não do Estudo do Meio no ensino de geografia foi possível observar que a grande maioria respondeu que gostou da metodologia somando um total de 34 questionários favorável. Com isso, percebeu-se que os alunos de modo geral tem grande interesse por atividades educativas que vão além do espaço de sala de aula, proporcionando novas possibilidades de análise do espaço e construção de conhecimento.

A segunda pergunta que por sua vez investigava se os alunos já tinham trabalhado com o Estudo do Meio anteriormente, revelou que uma porcentagem significativa de alunos já tinham realizado estudos dessa natureza, no entanto mostrou que a maioria dos alunos ainda não havia trabalhado com essa metodologia de ensino. Percebe-se com isso que esse instrumento de ensino ainda é pouco utilizado na geografia.

A terceira pergunta mostrou que a grande maioria dos alunos gosta de trabalhar com técnicas inovadoras que lhes possibilitem novas experiências, fato que foi possível observar quando da preparação de trabalhos sobre seus espaços, onde esses alunos munidos do instrumental teórico trabalhado nas aulas por meio do Estudo do Meio elaboram apresentações documentadas discutindo as condições estruturais desses espaços, os equipamentos urbanos e suas condições de engajamento na cidade.

A pergunta de numero 4 do questionário que tencionou mostrar se os alunos tiveram maior facilidade de compreensão do conteúdo a partir do Estudo do Meio revelou que a grande maioria respondeu positivamente, ou seja, a metodologia foi de grande relevância na compreensão do conteúdo e também para o entendimento das questões referente às práticas de uso e direito à cidade em Marabá. Entende-se com isso que se trata de um instrumento válido e aplicável ao ensino escolar de geografia.

A pergunta de numero 5 tratou das condições em que se dão o acesso e uso da cidade por parte dos alunos, com as alternativas A) ótimas, B) boas, C) ruins e D) péssimas. Nesse questionamento os alunos se dividiram entre as alternativas, ruim e péssima, desconsiderando assim as alternativas ótima e boa, evidenciando as dificuldades de uso dos espaços e das estruturas urbanas na cidade de Marabá (PA).

Essa questão evidencia a problemática do direito à cidade no núcleo São Felix e a resposta dos alunos reafirma a ideia de que o constructo social urbano desta cidade se processa de forma desigual e contraditória, marginalizando parte dos povos urbanos na medida em que o uso dos espaços da cidade se restringe ao valor de troca.

Entretanto, essa questão também é um indicativo de que os alunos enquanto sujeitos integrantes do espaço urbano tomaram consciência das dificuldades de uso da cidade, e principalmente tomaram consciência do seu papel na transformação da cidade mercadoria para cidade do cidadão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão, acredita-se que todo o processo de ocupação e expansão urbana de Marabá (PA) tem evidenciado uma série de problemas característicos das cidades médias, materializados no espaço de diferentes formas e em diferentes escalas, colocando em cheque as possibilidades de reprodução cotidiana da vida de grande parte dos povos urbanos.

Com isso, toda transformação do espaço tem se dado a partir da lógica de exploração dos recursos naturais da região, apropriados e subtraídos pelo grande capital, aonde a cidade de Marabá historicamente vem representando um ponto estratégico de fluidez da produção e de capital, entretanto, os grandes projetos que caracterizam o avanço da fronteira e desencadeiam os processos de desenvolvimento regional e reestruturação do espaço urbano, acarretam problemas tais como; destruição de modos de vida, segregação, exclusão social, e marginalização dos pobres urbanos, vitimados pela negação da própria cidade transformada em mercadoria.

O agravamento das questões que envolvem o direito à cidade se dá na medida em que o capitalismo se apropria dos espaços da cidade subvertendo o valor de uso pelo valor de troca.

Dado estes termos, aponta-se que as possibilidades de uso dos espaços da cidade e engajamento no contexto social urbano, estão subjulgados a forma como os sujeitos se apropriam dos espaços, com isso, temos uma cidade desigualmente construída, desigualmente acessada e habitada.

Nesse cenário de degradação em que nossas cidades estão envolvidas, o Estudo do Meio aplicado ao ensino de geografia circunscreve uma potencialidade para reivindicação e reinvenção urbana para melhoria da qualidade de vida na cidade.

No caso do São Felix analisado nesse trabalho, foi importante para revelar as contradições contidas no espaço e as dificuldades de uso da cidade a partir da análise profunda e crítica da realidade e também contribuiu para elaboração de trabalhos instrumentalizados, críticos e educativos sobre a cidade a partir da realidade dos alunos.

Aponta-se também que o ensino de geografia de fato assume um papel de grande relevância no contexto atual, em que se discute a produção social urbana e a construção do direito à cidade, e a escola, ao mesmo tempo em que assume a responsabilidade social de formar cidadãos críticos e atentos para o contexto social urbano, se caracteriza como locus privilegiado para desenvolver esse debate, na medida em que tem a capacidade de reunir a pluralidade de sujeitos sociais que compõe a cidade.

Por fim, consideramos que nesse estudo de caso, a metodologia utilizada foi crucial para o “despertar” das potencialidades sociais frente aos desafios da vida na cidade no momento presente. Nesse sentido, a partir dos resultados obtidos na realidade analisada, consideramos válida a utilização do instrumento metodológico Estudo do Meio aplicado ao ensino de geografia, tanto pela sua contribuição positiva para construção efetiva do direito à cidade, como também por se tratar de um instrumento de pesquisa e ensino que traz a tona novas formas de produzir e compartilhar conhecimento.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALLAI, Helena Copetti. O ensino de geografia: recortes espaciais para análise. In: CASTROGIOVANNI, A.C. (Org.) **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4º ed. Porto Alegre: UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2001.

CALLAI, Helena Copetti. **O Conhecimento Geográfico e a Formação do Professor de Geografia**. Revista Geográfica da América Central. Número Especial EGAL. Costa Rica, 2001. p. 1-20.

CALDAS, A. Sousa; SILVA, A. Parente. **Produção do espaço urbano, Acessibilidade e Mobilidade urbana nos núcleos São Felix e Morada Nova: Diagnóstico do transporte coletivo em Marabá (PA) 2014**.

CARLOS, A. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia Escolar e a Cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas – SP: Papyrus, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens Escolares e sua Geografia: Práticas Espaciais e Percepções no/do Cotidiano da Cidade. In: CAVALCANTI, L.S.; CHAVEIRO, E.F.; PIRES, L. M. **A cidade e seus jovens**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015. p.13-29.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. In: _____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.145-152.

CORRÊA, Roberto Lobato. Quem produz o espaço urbano? In: _____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processos Espaciais e a cidade. In: In: _____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.121-143.

D'ARAÚJO, M. C. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, V.7, n. 9, p. 41-55, junho, 1992.

FRESCA, Tânia Maria. **Rede urbana e divisão territorial do trabalho: Geografia (Londrina) v. 19 n. 2, 2010**.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**; tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.2004.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**; tradução Jeferson Camargo. –São Paulo: Martins fontes- selo Martins, 2014.

LEFEBVRE, Henri. A Cidade e o Urbano. In: In: _____. **Espaço e Política**; tradução, Margarida Martins de Andrade e Sergio Martins – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 79 - 105.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. 1º Ed. São Paulo: Moraes. 1991.

LEITE, Adriana Filgueira. **O Lugar: Duas Acepções Geográficas**. Anuário do Instituto de Geociências UFRJ, v. 21, 1998.

LIMONAD, Ester. **Reflexões Sobre o Espaço Urbano**, O Espaço Urbano e a Urbanização. GEOgraphia – Ano1– N° 1– 1999.

LOPES, C.; PONTUSCHKA, N. N. Estudo de Meio: Teoria e Prática. **Geografia (Londrina)** v. 18, N. 2, p. 173-191, 2009.

MATTOS, Maria Virginia Bastos. **História de Marabá**. Marabá Grafil, 1996.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na Selva**. Manaus, Editora Valer, 2000.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. – 5ª Ed. – São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. – 4ª Ed. – São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5ª Ed; 1ª reimpr. São Paulo: EDUSP, 2013.

SILVA, André Parente da. **Mobilidade urbana em Marabá (PA)**: uma análise a partir do núcleo São Felix, 2017.

SOARES, Maria Lúcia de Amorim, Reinventando o Ensino da Geografia In: Geografia em Perspectiva. Editora Contexto, São Paulo, 2009.

SOUZA, M. L. **Cidades, Globalização e Determinismo Econômico**: CIDADES, v. 3 n. 5, 2006, p. 123-142.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento E a gestão urbanos. – 5ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. L. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. **O Projeto ALPA e a Produção do Espaço Urbano em Marabá (PA)**: A cidade-mercadoria e as desigualdades socioespaciais, 2015. 297f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós- Graduação em Geografia.

SPOSITO, M. E. B. A urbanização sob o capitalismo. In: _____. **Capitalismo e urbanização**. 8ªed. São Paulo: Contexto, 1997.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar Geografia nas séries iniciais**: O desafio da totalidade do mundo, 2001. 155p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2001.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. Uma breve historia da formação do (a) professor (a) de Geografia no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 129-144, 2000.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso Marabá: **Centralidade Urbana de Uma Cidade Média Paraense**. Belém, 2010.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas**: análise de Santarém e Marabá, Pará. Presidente Prudente : [s.n], 2015.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. Pensando a Modernização do Território e a Urbanização Difusa na Amazônia. **Mercator**, Fortaleza, v.14, n.4, Número Especial, p.93-106, dez.2015.

APÊNDICE

Modelo de questionário aplicado junto aos alunos para análise da metodologia de pesquisa

1. Você gostou da utilização do Estudo do Meio no ensino de geografia?
 - A) Sim
 - B) Não

2. Você já tinha trabalhado com Estudo do Meio no ensino de geografia anteriormente?
 - A) Sim
 - B) Não

3. Gostaria que as aulas de geografia utilizasse mais esse tipo de recurso?
 - A) Sim
 - B) Não

4. O Estudo do Meio Foi importante para melhor compreensão do conteúdo trabalhado em sala de aula?
 - A) Sim
 - B) Não

5. A partir de tudo que foi analisado você considera que suas condições de acesso e uso da cidade são:
 - A) Ótimas
 - B) Boas
 - C) Ruins
 - D) Péssimas